



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DA
FIGUEIRA DA FOZ**

**ATA N.º 6 /2023
SESSÃO ORDINÁRIA
DE 22-12-2023**

“Nos termos do art.º 56.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as atas são publicitadas na íntegra, mediante edital afixado durante 5 dos 10 dias subsequentes à sua aprovação, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 6 da Sessão Ordinária de 22-12-2023

LOCAL - Sala das Sessões dos Paços do Município-----

DATA -22 de dezembro de 2023-----

INICIO - Quinze horas e vinte minutos-----

A sessão iniciou-se com a presença de:-----

PRESIDENTE - José Duarte Pereira.....PS

1ª SECRETÁRIA - Ana Margarida Pinto da Cunha.....PS

2ª SECRETÁRIA - Júlio César da Costa Loureiro.....PS

MEMBROS - Rosa Maria da Costa ReisFAP

Francisco Nuno Costa de Melo BiscaiaPS

David Manuel Fajardo AzenhaFAP

Mafalda Reis de AzevedoPS

Teotónio Paulo de Jesus CavacoPSD

Edgar José Pedrosa GonçalvesFAP

José Fernando Guedes CorreiaPS

Isabel Cristina Guerreiro Pimentel MaiaFAP

Maria Isabel Cardoso Guardão TavaresPS

Joaquim Francisco da Silva PereiraFAP

Célia Maria da Silva MoraisPS

Manuel Fernando Rascão MarquesPSD

José António Borges LigeiroFAP

José Manuel Cunha CarvãoPS

António Graça LapãoFAP

Fausto Fernando dos Santos LoureiroPS

Gonçalo Raposeiro FariaFAP

Adélia Maria Ramos BatataPSD

Micaela Miranda DurãesFAP

Maria Adelaide Gaspar GonçalvesCDU

Gonçalo Andrade de OliveiraFAP

Pedro Miguel da Silva Ribeiro JorgeBE

PRESIDENTES DE JUNTAS DE FREGUESIA

(Alhadas) Jorge Manuel Bugalho da SilvaPS

(Alqueidão) Clarisse da Silva Ferreira OliveiraPS

(Bom Sucesso) Pedro Manuel Figueiredo QuinteiroPS

(Buarcos e São Julião) Rosa Maria Martins Ferreira BaptistaFAP

(Ferreira-a-Nova) Susana Maria Rodrigues Oliveira MonteiroPS



(Lavos)	Joaquim Manuel Sacramento e Cunha	PS
(Maiorca)	Rui Pedro Pinto Ferreira	PS
(Marinha das Ondas)	José Alberto Jordão Suzana	PS
(Moinhos da Gândara)	Gilberto Fajardo Oliveira	PSD
(Paião)	José Alberto da Silva Carvalho	FAP
(Quiaios)	Ricardo Manuel Rodrigues Santos	PS
(São Pedro)	Jorge Aniceto Pimentel dos Santos	PS
(Tavarede)	Fernando António Martins Lopes	PS
(Vila Verde)	Vítor Manuel Gonçalves Alemão	PS

Após verificação do quórum, deu-se início à sessão.-----

COMUNICAÇÃO DE AUSÊNCIAS

João Raul Henriques Sousa Moura Portugal, Victor Manuel dos Santos Madaleno, Carlos das Neves Batata, José Coelho Henriques da Silva, José Augusto Fernandes Mateus e Silvina da Silva Fonseca Anadio de Queiroz.-----

SUBSTITUIÇÕES

João Raul Henriques Sousa Moura Portugal por Fausto Fernando dos Santos Loureiro, Victor Manuel dos Santos Madaleno por António José Mendes da Fonseca Marques Antunes, Carlos das Neves Batata por Pedro Manuel Figueiredo Quinteiro, José Coelho Henriques da Silva por Joaquim Manuel Sacramento e Cunha, José Augusto Fernandes Mateus por Gonçalo Andrade de Oliveira e Silvina da Silva Fonseca Anadio de Queiroz por Maria Adelaide Gaspar Gonçalves.-----

FALTAS JUSTIFICADAS

António José Mendes da Fonseca Marques Antunes e Paulo Henrique Nisa Mariano.---

A - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 - LEITURA DO EXPEDIENTE E PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

O SEGUNDO SECRETÁRIO deu nota de todo o expediente e correspondência recebida, designadamente:-----

- Convites de algumas coletividades para aniversários e eventos por elas promovidos, onde a Assembleia Municipal se fez representar.-----

- Convites do Presidente da Câmara para o (a):-----

• Inauguração das Exposições «Aproximações Poéticas» e «Desconstruções»-----

• Sessão de Abertura do «Game Jam Plus (GJ +)» - Maratona Mundial de Desenvolvimento de Jogos»-----

• Figueira Encontros da Claridade «A Situação no Médio Oriente: Possíveis Evoluções»-----



- Cerimónia de homenagem ao Eng.º José Coelho Jordão-----
- Visita ao Paço de Maiorca-----
- Colóquio de Encerramento da «Evocação do Bicentenário da morte de Manuel Fernandes Tomás»-----
- Sessão Evocativa do Centenário do Nascimento de José Pires de Azevedo-----
- Convites de:-----
- Católica-CESOP para um Seminário Inovação & Desenvolvimento Local «Criação de uma Área Marinha Protegida de Interesse Comunitário (AMPIC)» com Câmara Municipal de Sintra-----
- Administração do Porto da Figueira da Foz para as Comemorações do Dia do Porto da Figueira da Foz-----
- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Figueira da Foz para a Campanha «Outubro Rosa» e «Novembro Azul»-----
- Associação Portuguesa de Deficientes para uma reunião para apresentação da atividade da Associação a nível nacional e local, em prol das pessoas com deficiência-----
- Assembleia Figueirense para o XVII Festival Internacional de Xadrez da Figueira da Foz-----
- EmCantos - Associação de Inovação e Tradições para estar presente no ARTS Fest
- Fundação Dionísio Pinheiro para um Recital Ciclos Lua Nova de Erna Vala-----
- Grupo de Escoteiros de Maiorca para uma Noite de Fados-----
- Magenta para a Inauguração de exposição de pintura de José Ferreira Barbosa, Joaquim Dias e Joaquim Faustino-----
- Associação Bodyboard Foz do Mondego - Figueira SuperKids Powered by NMD e Ocean & Earth-----
- Associação Musical União Filarmónica Maiorquense para o Encontro de Bandas 2023
- Freguesia de Lavos para a cerimónia de inauguração do LEM - Lavos Espaço Multicultural-----
- Magenta para a inauguração da exposição «Coletiva de Outono» com trabalhos de pintura, fotografia, escultura e arte digital, de 37 artistas plásticos-----
- Magenta para a inauguração de Exposição de António Cachulo Guardado intitulada «A grande Viagem e o Poema do Meu Menino Jesus»-----
- Sociedade Boa União Alhadense para o XXII Encontro de Filarmónicas-----
- Núcleo da Figueira da Foz da Liga dos Combatentes para a Cerimónia de Inauguração do Talhão da Liga dos Combatentes no Cemitério do Alqueidão-----



- Magenta para uma exposição com trabalhos realizados pelos estudantes do 2.º ano do curso de Arte e Design da Escola Superior de Educação – Politécnico de Coimbra
- Comissão de Festas de Nossa Senhora da Conceição para os Festejos em Honra de Nossa Senhora da Conceição-----
- Conselho Económico da Igreja Paroquial de Tavarede para a Festa em honra de São Martinho em Tavarede-----
- Edições Cosmos para a apresentação do livro «O Rigor da Vida» de Miguel Roque Pina-----
- Sociedade de Instrução Tavadense para a reabertura da Sala de Espetáculos---
- Associação da Amizade e das Artes Galego Portuguesa para o 13.º Salão Internacional de Arte em Pequeno Formato 20x20-----
- Figueira Sabor a Mar para a apresentação do Festival Gastronómico do «Bacalhau e seus Derivados»-----
- Centro Cultura e Desporto dos Trabalhadores do Município da Figueira da Foz para um Magusto-----
- Freguesia de Tavarede para uma Homenagem a Helder Marques Correia de Oliveira «Primo Helder»-----
- Freguesia de Buarcos e São Julião para as comemorações do Dia Nacional do Mar «O Nosso Mar – Investigação e Desafios»-----
- Fundação Dionísio Pinheiro para um Recital Ciclos Lua Nova IBERTRIO (piano, violino e violoncelo)-----
- Magenta para a Exposição de Pintura «O que a natureza nos propõe»-----
- Associação de Coletividades do Concelho da Figueira da Foz para o 2.º Encontro Concelhio de Dirigentes Associativos da Figueira da Foz 2023 – LÍDER-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

2 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao cidadão Luís Alfar Horta.-----

LUÍS ALFAR HORTA: "Sou natural de Lisboa e com trinta e poucos anos vim trabalhar em Coimbra. Quando me reformei quis acabar os meus dias na Figueira da Foz. Então, aluguei uma casa na 1.ª Travessa Envolvente ao Monte Alto n.º 6, em Buarcos, falei com o senhorio, combinámos os preços e ele informou-me que a casa só tinha um contador de água.-----

Passado algum tempo, dei-me conta que a água não era boa. Falei com o senhorio e este disse-me que ia resolver o problema. Como não resolveu problema nenhum, eu mandei analisar a água e o resultado deu a mesma como imprópria para consumo.---



Contactei a Presidente da Junta de Freguesia de Buarcos e São Julião que reportou o assunto à Águas da Figueira, S.A. A empresa enviou lá dois funcionários com um gráfico indicador do tempo que a água estava aberta por mês. Viram, retiraram o contador e constataram que a água era de um furo. Não fizeram absolutamente mais nada, ficou por ali a queixa!-----

Aconselhado por outras pessoas, enviei um email à Agência Portuguesa do Ambiente, que me respondeu ter enviado um email para o Município da Figueira da Foz, Águas da Figueira, S.A. e Delegado de Saúde.-----

Então, a Eng.ª Goreti da Águas da Figueira, S.A. mandou uma empresa efetuar análises na casa onde moro, com mais quatro inquilinos, e o resultado foi o mesmo «água imprópria para consumo»! Perante isto, informaram-me que o assunto era da alçada do Delegado de Saúde. Este acabou por me dizer não ser nada com ele e pôs-me na rua. Fiz uma queixa no livro de reclamações, em junho, e até hoje não obtive resposta!...-----

E ando aqui de um lado para o outro desesperado. A Eng.ª da Águas da Figueira, S.A. teve o descaramento de me dizer para mudar de casa.-----

A Presidente da Junta de Freguesia de Buarcos e São Julião, onde sempre fui bem tratado, sugeriu-me mais duas soluções: recorrer à justiça, contratando um advogado (eu sou reformado e não ganho para pagar a um advogado ou para um processo a correr três ou quatro anos na justiça) ou levar o caso à Comunicação Social.-----

Tenho 71 anos e quero passar o resto da minha vida descansada.-----

E o senhorio fez mais uma trifulhice - quem lá for agora vê que o Contador está aberto. Mas eu, como também não sou parvo e aprendi com pessoas que me ensinaram, sei que a água da rede está aberta para regar meia dúzia de canteiros e a água da minha casa e de mais outros quatro inquilinos é água de furo, água imprópria para consumo, conforme se pode ver pelas análises em meu poder.-----

Eu pago tudo aquilo que me pediram, não devo nada a ninguém, tenho a minha morada fiscal e pago os meus impostos aqui na Figueira da Foz, e ouço as pessoas a dizerem para mim «mude de casa»! Como o senhor Mário Gigante da Câmara que me mandou um email por intermédio do Vereador do Ambiente a dizer que o Município não tinha nada a ver com este assunto. Explicou-me que quem tratava destes assuntos era a Eng.ª Paula Pereira. Questionei-o como poderia falar com esta Engenheira e ele teve o descaramento de me dizer para vir aqui para a porta da Câmara esperar a senhora para ver se conseguia falar com ela. Telefonei e a Engenheira Paula Pereira atendeu-me.-----



Eu pago a água e o senhorio anda a fazer trifulhices e a ganhar dinheiro dos inquilinos com a água. Nós pagamos o valor da água e ele não paga nada à Águas da Figueira, S.A.-----

Eu quero, única e simplesmente, justiça! Quero que o senhorio seja obrigado por lei, a reparar esta situação, porque eu sei perfeitamente bem, que a partir de agosto de 2007, havendo água da rede não é permitido usar água do furo.-----

E eu ando aqui a chatear-me há quase três anos e ninguém me resolve o problema. - Sou uma pessoa que, no meu tempo, quando era novo, era muito conhecida a nível nacional. Nunca me servi das minhas cunhas, dos meus conhecimentos de Lisboa, e tenho muita gente conhecida em Lisboa, mas o meu senhorio deve ter cunhas até ao céu!!!-----

Não tenho mais nada a dizer e agradeço que me resolvam o problema.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao cidadão Uriel Silva Oliveira.-----

URIEL SILVA OLIVEIRA: “Venho esclarecer, mais uma vez, esta grande corrupção que se vive no Concelho da Figueira da Foz. Foram violados os direitos humanos em Portugal, mas eu falo no Concelho da Figueira da Foz e no distrito de Coimbra.-- Quatro prédios que nos desviaram, enganaram a justiça, a Câmara Municipal e a Conservatória, registando os prédios em nome de outras pessoas, que não são os herdeiros dos meus pais.-----

Houve um inventário de menores em relação a um prédio, 1/71, de março de 1971, pela morte do meu falecido avô, porque havia dois menores.-----

Até esse prédio conseguiram registá-lo em nome de umas pessoas que construíram lá uma casa. A Câmara Municipal não, mas sim emitiram essas licenças falsas para poderem construir essa casa.-----

Entrou-se com uma ação em Tribunal. O Tribunal esteve em cima do terreno, perderam no Tribunal, eu fui para o Luxemburgo, e as obras do prédio continuaram, porque eles são os próprios a dizer «tu não dás caldeiradas, nem dás gorjetas...».-----

É preciso compreender - há dois filhos menores num inventário obrigatório pela morte do meu tio.-----

Aquilo não está estrampalhado, porque eu, infelizmente, tive um acidente e já falei com alguém para ir lá com uma máquina. Mas os filhos têm medo deles.-----

Há outra situação relativa à casa de meus pais e de mais dois prédios em que o mesmo advogado fez a mesma da falcatrua. Enganou o Tribunal, a Câmara Municipal, e a Conservatória afirmando que a casa do meu pai estava omissa. É mentira! A casa



do meu pai tem três artigos. Está aqui presente nesta Assembleia a Presidente da Junta de Freguesia de Ferreira-a-Nova, que foi nascida e criada lá em Santana. Tenho passado pela Conservatória e passado pela Junta de Freguesia que este prédio não está omisso, pelo contrário tem três artigos.-----

O Presidente da Câmara, o Presidente da Assembleia Municipal e outros que estão aqui sabem muito bem que Santana agregou à Freguesia de Ferreira-a-Nova. Tinha o artigo 680 da Freguesia de Ferreira-a-Nova, o artigo 326 da ex-Freguesia de Santana, e quando a Freguesia se extinguiu passou a ser o artigo 1223 da Freguesia de Ferreira-a-Nova.-----

O advogado conseguiu enganar a Justiça, a Câmara Municipal e a Conservatória em como a casa dos meus pais estava omissa, não obstante estar registada com três artigos! É preciso compreender que tudo isto revela uma grande corrupção aqui no Município. Há aqui gente séria, reconheço, mas há outros, enfim...-----

Até colocaram o prédio na Câmara como sendo em Casal das Oliveiras, o que não está correto, porque aquilo é os Azevedos. Eu fui levantar um documento à Junta de Freguesia das Alhadas que aquilo não era Casal das Oliveiras, nem Moínhos da Gândara, era da Freguesia de Alhadas. Esse documento declarava que aquilo pertencia à Freguesia de Alhadas e não a Santana. Contudo, as obras não foram construídas no Casal das Oliveiras, mas sim no lugar de Santana, atualmente Freguesia de Ferreira-a-Nova.-----

Três prédios em nome de uma senhora que não é herdeira dos meus pais. Os meus pais deixaram só três filhos - Maria, Carlos e Uriel, que sou eu.-----

Estou farto de reclamar aqui na Câmara e a conversa é sempre a mesma «Maria vai com as outras». Há uma Engenheira que me pediu para trazer o comprovativo do Imposto Municipal sobre Imóveis e até hoje estou à espera.-----

É preciso combater a corrupção!-----

Para terminar, peço ao Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz, Dr. Pedro Santana Lopes, por quem tenho grande consideração, que me resolva este problema.-----

Quero que a Câmara Municipal comunique ao Tribunal para ir lá fazer a limpeza aos terrenos, porque o Município foi lá com as máquinas e como eu não estava cá vieram para trás."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à cidadã Bárbara Gomes.-----

BÁRBARA GOMES: "O meu nome é Bárbara Gomes, sou natural da Figueira da Foz,



enfermeira de profissão, mas hoje estou aqui como Presidente da Associação de Pais da Escola de Santa Luzia em Lavos.-----

Desde já agradeço a oportunidade concedida para expor nesta Assembleia este assunto que tanto nos preocupa e se prende com a substituição da colaboradora do Jardim de Infância de Santa Luzia, Janet Teixeira do Rosário.-----

Esta colaboradora presta serviço no Jardim desde 2017 de forma exímia, responsável, sempre de sorriso e braços abertos para as crianças que a adoram, também a educadora Alexandra Cardoso e todos os pais e encarregados de educação tecem louvores ao seu desempenho, portanto, não conseguimos aceitar esta sua substituição.-----

Acrescentamos ainda que, de acordo com a resposta da Vereadora Olga Brás, as referidas situações traduzem-se na não conformidade com o estipulado nas obrigações do Caderno de Encargos do Concurso Público n.º 18/2023, definidas no ponto 11 da cláusula 09 - Recursos Humanos - em que o adjudicatário fica obrigado a manter os mesmos recursos humanos afetos a cada estabelecimento de educação pré-escolar durante a vigência do contrato, de forma a garantir a adaptação das crianças na rotina diária, bem como a criação de comportamentos e laços de socialização contínuos.-----

Sabemos também que os serviços jurídicos do Município estão a analisar as medidas a considerar, no entanto, achamos pertinente que se faça algo antes do recomeço do 2.º período, pois era fundamental manter esta figura que as crianças têm como referência na componente não letiva em prol do bem-estar de toda a comunidade educativa."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Tenho algumas indicações nesse sentido em relação a esta alteração da empresa vencedora do concurso. Neste momento, só posso dizer que estou a par desta situação."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

3 - ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO

A - MOÇÃO «75 ANOS DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS» - SUBSCRITA PELO BLOCO DE ESQUERDA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Miguel Jorge.

PEDRO MIGUEL JORGE: "Foi no dia 10 de dezembro de 1948 que foi aprovada pela Assembleia Geral da ONU a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Elaborada a partir de 1946, na sequência da devastação brutal da 2.ª Guerra Mundial desencadeada pelo nazi-fascismo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos é



constituída por 30 artigos que exprimem os direitos fundamentais para uma sociedade democrática:-----

«Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos...» é o conteúdo do artigo 1.º. O artigo 5.º proclama que «Ninguém será submetido a tortura nem a punição ou tratamento cruéis, desumanos ou degradantes». O artigo 9.º declara que «Ninguém pode ser arbitrariamente preso, detido ou exilado». No artigo 14.º é estipulado que «Toda a pessoa sujeita a perseguição tem o direito de procurar e de beneficiar de asilo em outros países». Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, dispõe o artigo 19.º. O direito ao trabalho e a uma remuneração equitativa e satisfatória que permita uma existência conforme a dignidade humana, o direito sem discriminação alguma, a salário igual por trabalho igual bem como o direito de se filiar em sindicatos para defesa dos seus interesses, estão previstos no artigo 23.º. «Toda a pessoa tem direito à educação», que deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental, prescreve o artigo 26.º.-----

O aumento da fome e da pobreza, as desigualdades sociais e o discurso de ódio da extrema-direita afrontam os direitos económicos e sociais de centenas de milhões de pessoas. Para além dos riscos que afetam a humanidade como as alterações climáticas, a perda da biodiversidade e a poluição causadas por um modelo económico baseado na utilização de combustíveis fósseis, as Nações Unidas têm destacado que o racismo e a discriminação, a violência sobre as mulheres, o tráfico de pessoas, o trabalho infantil, o casamento forçado, as terríveis atrocidades cometidas nas guerras em curso, a crueldade de tantos governantes perante o sofrimento dos que tentam atravessar o Mediterrâneo para escaparem às perseguições e à miséria nos seus países ou a falta de habitação adequada, segura e a preço acessível para milhões de pessoas são algumas das situações intoleráveis que refletem a violação da Declaração Universal dos Direitos Humanos por parte de inúmeros governos.----

A Assembleia Municipal da Figueira da Foz, reunida em sessão ordinária em 22 de dezembro de 2023, delibera:-----

- Saudar o 75.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos e incitar todos os órgãos de governo nacional e local a assumirem o compromisso de integral respeito dos Direitos Humanos, sejam civis, culturais, económicos, políticos ou sociais."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----



A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, António Marques Antunes e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano, deliberou, por unanimidade, aprovar a Moção «75 Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos», subscrita pelo Bloco de Esquerda.---
Deliberação aprovada em minuta. -----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO apresentou a seguinte declaração de voto: "Eu gostaria apenas de deixar duas notas como declaração de voto.-----"

De facto, este texto tem uma origem e a origem é em 1948. A origem são as ideias iluministas, a revolução americana e a revolução francesa. Aliás, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1786 é, de facto, o documento paradigma desta declaração. Foi pena que neste texto não ficasse vincada essa nota.-----

Em segundo lugar, de facto, o discurso de ódio não é só da extrema-direita também é da extrema-esquerda. Qualquer discurso de ódio deve ser condenado e nesse sentido, devemos estar muito alertas não só à extrema-direita, mas também, obviamente, à extrema-esquerda"-----

B - EROSÃO COSTEIRA/BYPASS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "O Partido Social Democrata não podia deixar de falar de novo, nesta Assembleia, sobre a erosão costeira.-----"

Só neste órgão, pela minha pessoa, já o abordámos por três vezes. A ex-deputada Ana Oliveira fez imensas intervenções na Assembleia da República. O Partido Social Democrata fez comunicados-----

Infelizmente, hoje, em virtude das tristes notícias resultantes da inércia e incapacidade de agir dos vários governos socialistas que contrasta, e muito, com a sua demagogia e capacidade de mentir, foi chumbada na Assembleia da República uma proposta de inclusão no Orçamento de Estado, ora aprovado, de uma verba para instalação do Bypass na Figueira da Foz.-----

Bem dizia um dirigente da Agência Portuguesa do Ambiente ser só para 2030!!!-----

Pois, lá terá de ser o governo do Partido Social Democrata a resolver esta questão. O Partido Socialista local só pode estar envergonhado, pois esteve em campanha autárquica o Ministro, acompanhado pelo então candidato Partido Socialista, todos sorridentes a anunciar que ia ser implementado o Bypass. Obviamente, mentiram à população!!!-----

O estudo de viabilidade de transposição aluvionar das Barras de Aveiro e Figueira Foz, apresentado em 12 de agosto de 2021, diz-nos que sistema fixo é aquele que



apresenta melhores resultados no horizonte temporal de 30 anos. Ou seja, todos concordam que a transferência de areias para combater a erosão costeira a Sul da Figueira Foz com recurso a um sistema fixo (Bypass) é a mais indicada. Então, porque é que os deputados do Partido Socialista votaram contra?!!!-----
Só demonstra a preocupação que têm com a erosão costeira a Sul do Mondego não estando, com certeza, preocupados com as pessoas e bens das localidades de São Pedro, Costa de Lavos e Leirosa.-----
Estou certo que os figueirenses não esquecerão o abandono a que o Partido Socialista os tem votado.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Fernando Correia.

JOSÉ FERNANDO CORREIA: “Era de esperar que o Partido Social Democrata, neste frémio eleitoral que agora começamos a viver, trouxesse à liça esta questão do Bypass.-----

Sucedem, porém, que ao contrário do que disse o deputado municipal Manuel Rascão Marques, escasseia-lhe autoridade moral para um lance desses.-----

E se nós analisarmos a fundo aquilo que aconteceu recentemente e nos últimos anos e o que pode acontecer daqui para a frente, nós chegaremos facilmente a essa conclusão.-----

O deputado municipal Manuel Rascão Marques não diz, por exemplo, que a dita proposta não foi sequer apresentada pelo Partido Social Democrata, mas por outro partido. E quem conheça minimamente este tipo de dossiers sabe o quão inútil e porventura excessivo seria incluir no Orçamento o montante de dezenas de milhões de euros para uma obra desta envergadura, que exigirá trabalhos preparatórios de grande monta.-----

Mas, talvez mais importante do que isto é nós dizermos o seguinte: a dotação orçamental que está prevista na Lei do Orçamento de Estado para 2024, ainda proposta do Governo do Partido Socialista, é para as questões do combate à erosão costeira, em particular, no caso da Figueira de Foz, a maior de que se tem memória. São qualquer coisa como 26 milhões de euros no famoso Big Shot e, portanto, não há dúvida nenhuma, creio eu, do compromisso público e notório do Partido Socialista para com as questões da erosão costeira que está materializada nisto.-----

Nós estamos a falar de um valor que é, seguramente, mais do que todos aqueles que alguma vez foram integrados em leis do Orçamento de Estado no que a este tema diz respeito. Muito mais, por exemplo, do que aquilo que entre 2011/2015 teve durante a governação do Partido Socialista.-----



E uma última nota sobre anúncios tonitruantes e demagogia. Talvez se lembrem os mais atentos de que correu o ano de 2015, penso que o mês de março, e o então Ministro do Ambiente Jorge Moreira de Silva, de resto uma figura apreciável pela elegância e moderação com que intervém no espaço público e pela sua própria craveira intelectual, anunciava 750 milhões de euros de intervenções contra a erosão costeira. E cá chegamos...."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "É de espantar esta intervenção do deputado municipal José Fernando Correia!-----

Primeiro, a falar em autoridade moral - quem é ele para poder julgar a autoridade moral das outras pessoas?!-----

Depois, por outro lado, vai-se esquecendo que o Partido Socialista, o partido que mais anos tem governado o país e que, portanto, se há muita inércia deve-se também a esse Partido Socialista que não faz as coisas.-----

Não é capaz de dizer que nas eleições autárquicas, quando em pleno Quinto Molhe estavam lá o Ministro do Ambiente da altura e o seu candidato à Câmara Municipal (que abandonou aqui o cargo) todos sorridentes, afirmaram, e há notícias nos jornais disso, que agora é que ia ser. Não foi o Partido Social Democrata!-----

E quanto à proposta que não foi apresentada, efetivamente, não foi do Partido Social Democrata, mas este aprovou e votou a favor. Não me parece que haja aqui qualquer problema democrático no facto de um partido votar a proposta de outro partido...-----

O que é grave, é os senhores virem agora anunciar no Orçamento aquilo que já anunciavam em outro mandato autárquico, que aliás era a grande ideia da Vice-Presidente do mandato anterior, que era contra o Bypass e que criou os shots. Mas os shots ainda não estão implementados!!!-----

Então, continuam a enganar o povo!... Façam e falem menos, se faz favor."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "O Bypass foi, de facto, apresentado na Assembleia da República, também não foi pela Coligação Democrática Unitária, e ainda bem que não o vamos apresentar porque podíamos ser ligados à Iniciativa Liberal, o que era uma chatice grande. Não é?-----

Não foi só a questão do Bypass, a questão das obras hidroagrícolas do Mondego, quando se olha é a mesma coisa - não foi este ano, há anos que isto acontece."--



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Sobre a questão da erosão costeira, Bypass, Shots e as acessibilidades da Barra, sonho com o dia em que os partidos discutam quem fez e deixem de discutir sobre quem não fez, ou seja, quem prometeu e não fez, quem aprovou moções e não fez. Esse dia será fantástico. Vamos ver quem cá estará ou se estaremos todos.-----

Mas eu acho, como diria um antigo colaborador meu aqui nesta Câmara, que agora vai!-----

Pode parecer, apesar dos votos que são estranhos na Assembleia da República, mas não queria entrar por aí, que essa é mais uma questão até talvez partidária interna. Tenho falado muito pouco ou nada nisso porque as coisas que são excessivamente insólitas é melhor nem nos metermos nelas.-----

Mas, estou convencido pelas notícias que tenho da Agência Portuguesa do Ambiente e do Ministério naturalmente cessante, do empenho dos vários partidos que o Big Shot vai andar mesmo.-----

Esta empreitada cuja assinatura vai ocorrer no dia 16 de janeiro (e penso não estar a cometer nenhuma inconfidência), pelo que me foi transmitido pela Administração do Porto ascenderá a mais de 20 milhões de euros.-----

A avaliação de impacto ambiental do Big Shot está também concluída, está neste momento, a ser preparado o lançamento do concurso também para que ele se efetive, segundo informação de vários responsáveis. Até hoje o Ministro João Galamba, como tive ocasião de referir, teve a gentileza de me telefonar mal soube para me dar a notícia, apesar de ele já não estar em funções no Governo.-----

Portanto, com toda a franqueza, quero acreditar que sim! Com o passar do tempo a realidade impõe-se e cada vez mais os problemas ali causados por aquilo que sabemos, tornam imperativo que estas obras se façam.-----

Não posso deixar de referir e de mencionar o quanto me preocupa a questão das dragagens, quer na Barra, quer no canal do rio, quer em zonas que são importantes para o desenvolvimento do Porto de Pesca e dos estaleiros, enfim, que possamos ter, de facto, meios para que elas se realizem.-----

Foi feita recentemente uma dragagem aqui junto ao Molhe do lado de cá, mas nós precisamos que elas sejam feitas constantemente. Hoje estão cá duas dragas, a mais pequena e a maior, mas a mais pequena só sai com ondas até metro e meio e a outra com ondas até dois metros. Ora, pela informação que tenho, hoje estarão ondas de 2,10/2,20 metros e a Administração do Porto da Figueira da Foz pede a draga e



quando ela chega já mudou o mar.-----
Por vezes até em dias que parecem excelentes, que o mar está chão, como se costuma dizer, não há condições para as dragas saírem.-----
É um problema de facto muito preocupante! Há, neste momento, propostas. Os próprios Estaleiros do Mondego se disponibilizaram a apresentar um orçamento. É evidente que há aqui a questão das atribuições da autarquia, mas o que a autarquia quer ser é um dinamizador nesta matéria de uma convergência de vontades que leve a uma possibilidade de aquisição para o Município de uma draga em condições.-----
Há entidades com ligações universitárias, nomeadamente a Universidade de Coimbra, também não serei inconfidente se afirmar que, também a Ci Power, que me têm contactado e virão brevemente falar connosco para o desenvolvimento de uma draga elétrica. Julgo ser absolutamente indispensável a aquisição de uma draga.-----
Pelo que vou ouvindo, quer da Docapesca, quer da Comunidade Portuária, não podemos ter assuntos que se arrastam por tanto tempo... Temos de ter soluções de vez.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

C – RECOLHA SELETIVA DE BIO RESÍDUOS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: “Senhor Presidente da Câmara, para quando um projeto de recolha seletiva de bio resíduos?-----

Como sabe, bio resíduos são resíduos biodegradáveis de jardins e parques, resíduos alimentares de cozinhas de habitações, escritórios, restaurantes, dos grossistas. Já existem municípios que começaram projetos pilotos numa freguesia e hoje já estão a alargar a quase todo o município.-----

Não será altura de se fazer o mesmo no nosso Município?”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

D – AUTO DE TRANSFERÊNCIA DOS PRÉDIOS DO EXÉRCITO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: “Congratulo-me com o Auto de Transferência dos prédios do Exército.-----

Espero que se façam as obras necessárias e haja oferta de casas para arrendamento, a custo controlado, que tanta falta fazem no nosso Concelho, principalmente, para ajudar a fixar jovens no mais breve espaço de tempo.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Fernando Correia.

JOSÉ FERNANDO CORREIA: “No fundo, eu queria fazer um pedido ao Presidente da Câmara.-----



A notícia da passagem da posse daqueles edifícios, comumente designados como os edifícios militares, e creio que é só a posse e não a propriedade, para o Município é um adquirido político notável e não nos fica mal reconhecer isso e saudar o executivo por esse feito.-----

Eu próprio que estive, em tempos idos, relativamente próximo do problema, percebi a confusão em que aquilo estava metido, na altura com a Direção-Geral de Finanças e com as Forças Armadas.-----

Portanto, somos os primeiros a reconhecer que se trata de um adquirido político relevantíssimo, sobretudo num contexto em que habitação ganhou centralidade no debate público e nas preocupações, enfim, da comunidade.-----

Isso também pode fazer com que tenha sido mais fácil ter do lado da Administração Central uma atitude mais colaborante em relação aquela com que eu próprio e o Dr. João Ataíde nos deparamos em 2013 e 2014.-----

Dito isto, aquilo que lhe queria pedir era se nos pode dar uma perspetiva do seguinte: do ponto de vista desses imóveis e de outros grupos habitacionais de que o Município tenha tomado posse, o que é que nós podemos esperar como sequela desta transferência? Que calendário, que linhas de financiamento, que destinatários? Que propósitos tem executivo municipal relativamente a esse conjunto de imóveis?"---

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Quanto aos prédios da Defesa Nacional a propriedade não é nossa. Vamos fazer a obra e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. financia.-----

O endividamento tanto para nós como para outros municípios, embora nós tenhamos um maior número de projetos em desenvolvimento em toda a região, fica a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra para não afetar a capacidade de endividamento. Nós realizamos a obra, a propriedade continua no Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. e, depois, será feito o arrendamento acessível. E, como é evidente, nós aceitamos.-----

Neste processo, não posso deixar de elogiar a Ministra da Habitação, pela resposta extraordinária que tivemos da parte dela para desbloquear este processo. Do Ministério da Defesa Nacional durante um ano e tal, não tivemos resposta, ponto! Aliás, eles nem sabiam bem do que nós estávamos a falar e nunca atendiam o telefone.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

E - PONTE SOBRE O RIO MONDEGO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Vitor Gonçalves



Alemão.-----

VITOR GONÇALVES ALEMÃO: "Estou no meu terceiro mandato como autarca. Nos anteriores executivos estávamos habituados a que os projetos para as nossas freguesias, antes de serem dados a conhecer à comunicação social e ao público em geral, fossem conversados com os Presidentes de Junta de Freguesia sendo-lhes explicado como iriam ser executados.-----

Desta forma, quando o projeto era anunciado na comunicação social, os autarcas tinham conhecimento do que estava em causa e conseguiam esclarecer os seus fregueses.-----

É evidente que os executivos mudam, mas hoje em dia, têm outro tipo de estar e atuar e temos de nos habituar a isso. Mais uma vez, aparece uma notícia na comunicação social referente à Ponte sobre o rio Mondego, da qual só temos conhecimento na altura em que é publicada.-----

Nós, Presidentes de Junta, somos abordados, queremos responder aos nossos fregueses e desconhecemos as situações, o que pode induzir a nossa comunidade a pensar que não temos interesse nos investimentos para as nossas freguesias.-----

Eu gostaria, se possível, esta situação pudesse ser alterada.-----

De qualquer forma, em meu entender, a Figueira da Foz tem alguns argumentos para resolver este problema da Ponte sobre o rio Mondego, porque segundo me parece está complicado.-----

Há concelhos com características semelhantes às da Figueira da Foz, por exemplo, Viana do Castelo e Portimão, que têm duas pontes e são servidas pela comunidade muito próximas uma da outra. E a Figueira da Foz está numa situação que se tiver um problema muito grave na Ponte Edgar Cardoso não tem qualquer alternativa.----

E é nesse sentido, não só para proporcionar às populações da zona do Alqueidão e de Soure que possam vir mais rapidamente à Figueira da Foz. Na minha opinião este seria um argumento que poderíamos usar.-----

Eu tinha esperança que o Presidente da Câmara, Dr. Pedro Santana Lopes, com o prestígio e o estatuto que tem - já foi Primeiro-Ministro, membro do Governo, Presidente da Câmara de Lisboa - conseguisse, de facto, contornar esta situação e fazer ver ao Governo que a Figueira da Foz necessita de mais uma ponte para dar resposta aos problemas hoje sentidos.-----

Portanto, eu gostaria que o Executivo Municipal, nesta Assembleia, esclarecesse qual o ponto da situação da Ponte sobre o Rio Mondego e o que podemos esperar."-

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----



PRESIDENTE DA CÂMARA: "Não pelas palavras do Presidente da Junta de Vila Verde, mas porque entendo ser pertinente, quero fazer uma referência em relação à Ponte de Alqueidão/Vila Verde, chamemos-lhe assim.-----

Estive a fazer uma investigação histórica e as primeiras vezes que se falou na Ponte apontou-se para os 600.000 euros. Os primeiros documentos falam em 1.200.000 euros, depois passou para os 3.000.000 euros e, hoje em dia, com as acessibilidades e a iluminação, a previsão é que vá parar para os 10.000.000 de euros.-----

Nós temos no Pacto Regional 16.000.000 de euros para todas as obras no período deste quadro em todo o Concelho. Portanto, não nos podemos esquecer que esta Ponte é uma obra intermunicipal. Esta obra está integrada no circuito Eurovelo e justifica o investimento para candidaturas a programas de financiamento.-----

Infelizmente, o impasse político que se vive a nível nacional não permitiu ainda a assinatura do Pacto Regional, mas eu tenho falado disso com a Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, com a Autoridade de Gestão, com a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e com os Ministros da Coesão e do Ambiente. Este último, referiu-me que, nesta fase, não se poderia comprometer a mais do que 1.000.000 de euros, isto é, a metade do que era para ser do Fundo Ambiental está comprometida, mas não está garantida.-----

Nós não podemos lançar a obra para nos irmos financiar num montante deste tipo para, depois, a obra ficar a meio. Temos de ter assegurado o financiamento desta obra para a podermos iniciar. Começá-la já era uma irresponsabilidade! Não nos podemos esquecer que o Governo, neste momento, está em gestão. Por isso, temos de ter a arte e o engenho de ir buscar este dinheiro aos planos nacionais.-----

Esta questão da ponte é isto. Portanto, onde eu falei do assunto, sendo que tenho o dever de o fazer, foi em reunião de Câmara Municipal.-----

Vêm aí eleições, discutirão o que quiserem, cada um de nós vota em quem quer e faz campanha por quem quer. Já sabemos qual é a posição de cada um, agora, o importante é o Concelho da Figueira da Foz andar por diante.-----

Eu estou convencido, com franqueza, que as obras virão aí seja qual for o Governo que sair das eleições. Mas seja ele qual for, o Big-Shot virá e antes do Programa 2030 também virá o Bypass.-----

Não vou dizer que estou pessimista nessa matéria. Não, não estou! Não posso dizer que o Partido Socialista e o Governo já podiam ter andado mais depressa. Já!"---

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

F - RAMAL DA PAMPILHOSA - LIGAÇÃO FERROVIÁRIA FIGUEIRA DA FOZ/COIMBRA



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Na ata de 15 de dezembro de 2022, o Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz deu algumas informações aludindo a alguns aspetos que eu gostaria de questionar.-----

Foram dados alguns passos, durante o ano, sobre o Ramal da Pampilhosa? E sobre a ligação ferroviária de Figueira da Foz/Coimbra? O que me podem dizer?"-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

G - ENERGIAS RENOVÁVEIS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Dizia na altura, o Presidente da Câmara, segundo se pode ler na ata de 15 de dezembro de 2022 a páginas 40 e seguintes «...porque a produção de hidrogénio e dos seus derivados - amoníaco ou butanol - necessita de áreas onde possam ser instalados sistemas de produção de energias renováveis, exigindo terrenos adequados para o efeito....». Depois, mais à frente, continuava o senhor Presidente «...A procura do nosso Concelho por empresas que querem fazer esta produção de hidrogénio, mais o projeto ligado a uma das papelarias na área da produção do novo combustível para aviões, desenvolvido também com outros países europeus....».-----

Houve desenvolvimentos após estas declarações?"-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

H - TRANSPORTES PÚBLICOS NA FIGUEIRA DA FOZ

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Qual o ponto de situação do Concurso aberto pela Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra para os transportes públicos? Foi adiado? Foi anulado?"-----

Consultando os anexos do Caderno de Encargos, verifiquei que no Anexo um - Lote um, onde estão incluídas as linhas da Figueira da Foz, os transportes propostos não tiveram em consideração os interesses das pessoas que precisam de transporte, nem para os que cá residem nem para aqueles que chegam.-----

A título de exemplo, está nessa proposta que o último autocarro, que sai da estação e vai para Buarcos, é às 20,00 horas. O comboio chega às 20,05/20,07 horas. Então, se calhar, não houve aqui o cuidado de conciliar estes dois horários, mas isto



está a Coligação Democrática Unitária fartinha de saber.-----

De qualquer forma, fica aqui o alerta!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Desde que cheguei neste mandato preocupei-me em arranjar serviços de mobilidade e para a mobilidade. Há aqui uma relação de forças com a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra que me faz perder um pouco a paciência. O Concurso, agora, teve uma nova prorrogação de prazos, que em meu entender não pode acontecer porque nós não podemos esperar mais!-----

Eles dizem-nos sempre que nós queremos uns transportes com circuito urbano, que pensam concessionar. Eu respondo que não correspondem às necessidades do tecido urbano.-----

A Figueira da Foz não pode continuar à espera deste processo sem fim.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

I - EMPRESA ABRANFINAS - AREIAS PARA FINS INDUSTRIAIS, LD.ª

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Gostaria de perguntar se foi dada resposta sobre o problema relacionado com as descargas das águas da empresa Abranfinas - Areias para Fins Industriais, Ld.ª. E se foi, a quem foi dirigida a resposta?-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

J - COMPORTAS DA MARIA DA MATA E DO ALVO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "O que me pode dizer sobre a reparação das comportas da Maria da Mata e do Alvo?"-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

K - RECOMEÇO DAS OBRAS NA RUA DR. SANTOS ROCHA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "A Coligação Democrática Unitária ficou satisfeita com o recomeço das obras na Rua Dr. Santos Rocha e insatisfeita pelo tempo que demorou e pelo transtorno causado às pessoas.-----

Já nos foram explicadas aqui nesta Assembleia Municipal as razões da demora, mas espero que seja restabelecida a circulação naquela rua o mais rapidamente possível."-----



A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

L - ALTERAÇÃO DA FRENTE MARÍTIMA DE BUARCOS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "A alteração da Frente Marítima de Buarcos provou que a posição da Coligação Democrática Unitária, naquela altura sobre aquela via, estava correta.-----

Mas, mais importante do que dizer que tinha razão é, infelizmente, o dinheiro que se gastou na sua intervenção. Quanto foi? Cento e cinquenta mil euros para repor aquilo que era óbvio!!!"-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

M - PAÇO DE MAIORCA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Agora, vou falar do Paço de Maiorca. Fui, agora, alertado para problemas de resistência e capacidade de esforço do edifício todo na parte antiga, nomeadamente as vigas que estão colocadas em cima de paredes de brita. O Laboratório Nacional de Engenharia Civil vem cá esta semana para nos fazerem um relatório da situação.-----

Sobre isto falaremos noutra Assembleia Municipal."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

B - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

**4 - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA E DA
INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL**

Foi presente para apreciação uma informação sobre a atividade do Município, acompanhada de uma informação financeira e de uma listagem dos processos contenciosos pendentes, com indicação da respetiva fase e estado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato ao ponto seguinte.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**5 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DAS SEGUINTE PROPOSTAS DA CÂMARA
MUNICIPAL:**

**5.1 - 5.ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E AO ORÇAMENTO PARA
2023**

Pelo Presidente da Câmara foi presente para apreciação e aprovação a 5.ª Revisão



às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2023, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número um à presente ata.-----

Esta revisão tem subjacente o ajustamento da plurianualidade do investimento «Área Industrial e Empresarial do Pinhal da Gândara».-----

Esta 5.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2023 foi votada favoravelmente na reunião de Câmara de 20 de outubro de 2023.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, António Marques Antunes, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano, sob proposta da Câmara e nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação, deliberou, por maioria, com dezassete votos a favor dos membros do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Partido Social Democrata e Coligação Democrática Unitária, vinte e duas abstenções dos membros do Partido Socialista e do Bloco de Esquerda, e sem votos contra, aprovar a 5.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2023, visando o ajustamento da plurianualidade do investimento «Área Industrial e Empresarial do Pinhal da Gândara».-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.2 - ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO GERAL DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO TAXADO E DE DURAÇÃO LIMITADA

Pela Vice-Presidente da Câmara foi proposta a alteração ao Regulamento Geral das Zonas de Estacionamento Taxado e de Duração Limitada.-----

Acréscce, ainda, que todo este processo foi precedido de consulta pública nos termos e para os efeitos do n.º 1 do art.º 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, tendo sido recebidos dois contributos de alteração, um dos quais foi aceite e se refletiu na final redação do n.º 1 do art.º 14.º do Regulamento e o outro não foi considerado por já se encontrar previsto no Regulamento.-----

Este processo foi votado favoravelmente na reunião de Câmara de 20 de outubro de 2023.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Senhor Presidente da Câmara qual é o rendimento anual que o Município tem com o estacionamento pago?-----"



Como, aliás, foi aqui há pouco falado, numa Cidade onde não há transportes públicos que permitam ao cidadão não usar tanto o seu veículo; em que há cada vez menos lugares de estacionamento; onde se constata a proibição de lugares de estacionamento para facilitar o acesso a garagens por causa de alterações de trânsito mal pensadas; onde se vê estacionamento para pessoas com dificuldades motoras com indicação de matrícula, o que a lei não permite e a que o Regulamento Municipal não se pode sobrepor; onde há autocaravanas estacionadas em qualquer lugar, ocupando dois lugares de estacionamento; com estacionamento pago no Parque de Campismo, provavelmente, para valorizar este equipamento municipal, tentando, com certeza, afugentar os clientes; e mais que se poderia apontar, vêm V. Ex.ªs propor este Regulamento a fim de legalizar a atividade da Concessionária que tem aplicado multas de forma ilegal?!!-------

Na sessão da Assembleia Municipal de 14 de dezembro de 2018, quando houve a alienação da parte que o Município da Figueira Foz detinha na empresa Figueira Parques - Empresa Municipal de Estacionamento da Figueira da Foz, E.E.M, que o Partido Social Democrata votou contra, coloquei as seguintes questões, que repito. A Câmara aderiu ao Decreto-Lei 107/2018, de 29 de Dezembro, que define a competência órgãos municipais no domínio do estacionamento público? Aceitando estas competências é à Câmara Municipal que compete o seu exercício, podendo delegar em empresa local com a caracterização prevista no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.-----

Ora, empresas locais são pessoas coletivas de direito privado com natureza municipal, intermunicipal ou metropolitana. Então, como é que uma empresa privada pode exercer estas competências?! Como é que uma entidade privada vai ter acesso ao Sistema de Contraordenações de Trânsito, vulgo SCoT? E a Lei da Proteção de Dados?-----

São os Municípios que estabelecem acordo com o Instituto dos Registos e do Notariado de acordo com o n.º 1 do art.º 7.º do diploma invocado, e só a Polícia Municipal ou outro pessoal de fiscalização dos serviços municipais têm acesso à base de dados. Como é que a empresa privada vai ter esse acesso?-----

100% do valor das coimas reverte para o Município. Será que esta empresa privada é a Santa Casa Misericórdia, porquanto, tem os seus funcionários a fiscalizar, paga-lhes os ordenados para, depois, a Câmara Municipal ganhar o dinheiro?!-----

Acho isto muito estranho! O Partido Social Democrata não vai participar na legalização de atos para os quais tem imensas dúvidas, com o devido respeito por



opinião diversa. E os tribunais existem para repor a legalidade.-----
Entendemos que primeiro tem de haver alternativas, nomeadamente transportes públicos adequados, zonas de estacionamento gratuito que podem, muito bem, ser no eixo da entrada da Cidade, devidamente servidos por transportes públicos. Então, depois de se verificarem esses pressupostos, estamos disponíveis para apoiar a regulação adequada do estacionamento existente.-----
Até lá, o Partido Social Democrata irá sempre votar contra em prol dos figueirenses."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "A Coligação Democrática Unitária votará contra, pelas razões apontadas anteriormente."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Senhor Deputado municipal Manuel Rascão Marques, sabe de quem foi a decisão da concessão do estacionamento? Sabe há quantos anos isto está emperrado? Sabe quantos mandatos fez o Eng.º Duarte Silva? Quer deitar o sistema abaixo? Para mim é já. Se os outros partidos quiserem votar, é já.-----
Se há assunto que eu não tenho paciência porque acho ser uma vergonha para todos, é este.-----

E o senhor questiona-me a mim! Está a brincar comigo? O senhor não sabe como é que eles passam multas? Não sabe quantas reuniões já tivemos de fazer este mandato? Sabe quantas vezes já tive de falar para os Presidentes de outras entidades porque os fiscais precisam de deliberações do Município, para terem os poderes previstos no Decreto-Lei n.º 107/2018 para multar. Até hoje não têm e isto vem de 2006.---
Onde é que os senhores viveram todos estes anos?!-----
Às vezes, ou ouço coisas aqui que parecem uma brincadeira. Eu não tenho paciência para isto, porque uma coisa é falarmos a sério de assuntos sérios, outra é mascaradas.-----

Foi o Partido Social Democrata que concessionou o estacionamento. E não ficou resolvido nada, o Partido Socialista também não conseguiu resolver tudo e na penúltima reunião do mandato anterior ainda foram lá coisas que não estavam completas. Ando a aturar a Concessionária há dois anos e ainda ontem cá estiveram. Isto tem limites, por mim este ponto é retirado e quando quiserem propõem outro sistema de estacionamento."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide



Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Não sei o que se passou exatamente com este ponto. O Presidente da Câmara retirou o ponto e pronto. Então, agora, o Presidente da Assembleia Municipal diz-nos, exatamente, se o ponto é retirado, ou não."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Eu já disse que o ponto é retirado."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Peço desculpa, mas estava distraída.-----

Eu não sei se é exatamente assim que isto funciona. O Presidente da Câmara retira o ponto e a Assembleia Municipal não tem nada a dizer? Não? É uma questão de cultura geral."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "A deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves não é contra o Regulamento? Está preocupada que seja retirado? Afinal, quer o Regulamento que é para votar contra! É tudo uma brincadeira..."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "O Presidente da Câmara está nervoso, certamente porque não se vota e acabou por retirar o ponto.-----

Agora, a Coligação Democrática Unitária sempre votou contra o Regulamento e a Concessão dos Tarifários do Estacionamento, por todas as razões já conhecidas."--

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Só para dizer ao deputado municipal Manuel Rascão Marques que a receita do Município este ano é de cerca de 40.000 euros."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato ao ponto seguinte.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, António Marques Antunes, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, retirar este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.3 - 6.ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E AO ORÇAMENTO PARA 2023

Pela Vice-Presidente da Câmara foi presente para apreciação e aprovação a 6.ª



Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2023, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número dois à presente ata. – Esta revisão tem subjacente o ajustamento da plurianualidade do investimento «Intervenção no Abrigo da Montanha».-----

Esta 6.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2023 foi votada favoravelmente na reunião de Câmara de 03 de novembro de 2023.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, António Marques Antunes, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano, sob proposta da Câmara e nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação, deliberou, por maioria, com trinta e sete votos a favor dos membros do Partido Socialista, Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira e Partido Social Democrata, duas abstenções dos membros da Coligação Democrática Unitária e do Bloco de Esquerda, e sem votos contra, aprovar a 6.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2023, visando o ajustamento da plurianualidade do investimento «Intervenção no Abrigo da Montanha».-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.4 – CONCURSO PÚBLICO PARA A «CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE GÁS A GRANEL, POR LOTES, PELO PERÍODO DE 12 MESES» – AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Pelo Presidente da Câmara Municipal foi proposta a abertura de um Concurso Público para «Contratação de Serviços de Fornecimento de Gás a Granel, por Lotes, pelo período de 12 meses», pelo prazo de um ano, cuja vigência terá início a 01 de janeiro de 2024 ou após a assinatura do contrato, caso essa ocorra em data posterior, cujo valor de despesa estimada é de 126.830,14 € (cento e vinte e seis oitocentos e trinta euros e catorze cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor no montante de 29.170,93 € (vinte e nove mil cento e setenta euros e noventa e três cêntimos), perfazendo o montante global de 156.001,07 € (cento e cinquenta e seis mil e um euro e sete cêntimos).-----

Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 03 de novembro de 2023.-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "O 2.º vogal efetivo do Júri deste procedimento é um Técnico Superior em regime de prestação de serviços. A Coligação Democrática Unitária acha que deve haver nos quadros da Câmara Municipal gente suficiente e apta a desempenhar esta função.-----

Considero errado, até por uma questão de transparência, colocar num Júri um prestador de serviços."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Essa pessoa, cujo nome estamos proibidos de referir, como aquele programa de televisão, já é do quadro. Portanto, já não é prestador de serviços."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Se a pessoa em causa já é do quadro dos trabalhadores do Município, não tenho nada a dizer."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Rosa Costa Reis.----

ROSA COSTA REIS: "Pelo facto de ser prestador de serviços, este Técnico Superior não pode fazer parte do Júri do procedimento, porquê? Não tem o suficiente estofos técnico?!"-----

Se ele foi contratado é uma pessoa que está avalizado para um cargo, mesmo sendo prestador de serviços. Porque se está a colocar em causa a situação contratual de uma pessoa? Não compreendo?!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Tal como se veio a verificar muitas das vezes os prestadores de serviços se cumprem uma função normal, devem estar no quadro. Foi o que aconteceu com este homem e eu acho muito bem!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, António Marques Antunes, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas dos n.ºs 1 e 6 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, repristinado



pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril, e aplicável por força da alínea f) do n.º 1 do art.º 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, todos na sua última redação, deliberou, por unanimidade, autorizar o Município da Figueira da Foz a assumir no ano de 2024 o compromisso decorrente dos encargos com a celebração do contrato desta aquisição de Serviços de Fornecimento de Gás a Granel, por Lotes, pelo período de 12 meses, com início a 01 de janeiro de 2024 ou após a assinatura do contrato, caso essa ocorra em data posterior, os quais não poderão exceder:-----

Lote 1 - Piscina Municipal do Paião - 109 859,91 € (cento e nove mil oitocentos e cinquenta e nove euros e noventa e um centimos), Imposto sobre o Valor Acrescentado já incluído;-----

Lote 2 - Piscina das Alhadas - 32 957,97 € (trinta e dois mil novecentos e cinquenta e sete euros e noventa e sete centimos), Imposto sobre o Valor Acrescentado já incluído;-----

Lote 3 - Escola EB 2,3 Pintor Mário Augusto, nas Alhadas - 6 591,59 € (seis mil quinhentos e noventa e um euros e cinquenta e nove centimos), Imposto sobre o Valor Acrescentado já incluído;-----

Lote 4 - Escola EB 2,3 Pedrosa Veríssimo, no Paião - 6 591,59 € (seis mil quinhentos e noventa e um euros e cinquenta e nove centimos), Imposto sobre o Valor Acrescentado já incluído.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.6 - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS DE 2023 - COBRANÇA A REALIZAR EM 2024 - ATUALIZAÇÃO DA DEDUÇÃO FIXA EM FUNÇÃO DO NÚMERO DE DEPENDENTES

Foi presente uma proposta do Presidente da Câmara de atualização da dedução fixa ao valor do Imposto Municipal sobre Imóveis resultante da aplicação da taxa sobre os prédios urbanos, em função do número de dependentes, na sequência da alteração legislativa ao n.º 1 do art.º 112.º - A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, introduzida pela Lei n.º 56/2023, de 06 de outubro.-----

Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião ordinária de Câmara de 29 de novembro de 2023.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----



A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, António Marques Antunes, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 1 do art.º 112.º - A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 56/2023, de 06 de outubro, e alínea d) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei , n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação, deliberou, por maioria, com trinta e oito votos a favor dos membros do Partido Socialista, Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Partido Social Democrata e Bloco de Esquerda, sem abstenções, e com um voto contra da Coligação Democrática Unitária, aprovar uma dedução fixa ao valor do imposto resultante da aplicação da taxa sobre os prédios urbanos, em função do número de dependentes que compõem o agregado familiar do proprietário do prédio correspondente à habitação própria e permanente, e que seja efetivamente afeto a tal fim:-----

- 1 Dependente = dedução fixa de 30,00 € (trinta euros) -----

- 2 Dependentes = dedução fixa de 70,00 € (setenta euros) -----

- 3 ou mais Dependentes = dedução fixa de 140,00 € (cento e quarenta euros). ----

Deliberação aprovada em minuta. -----

5.8 - PROPOSTA DE ALIENAÇÃO DE 21 LOTES DE TERRENOS SITUADOS NA ZONA DE EXPANSÃO DO PARQUE INDUSTRIAL E EMPRESARIAL DA FIGUEIRA DA FOZ À EMPRESA DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA - IMOBILIÁRIA, S.A.

Pelo Presidente da Câmara foi proposta a alienação de 21 Lotes de terrenos, situados aa Zona de Expansão do Parque Industrial e Empresarial da Figueira da Foz, à Empresa Domingos da Silva Teixeira - Imobiliária, S.A.-----

Este processo foi votado favoravelmente na reunião de Câmara de 29 de novembro de 2023.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, António Marques Antunes, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas da alínea i) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e do art.º 3.º do Regulamento para Alienação de Bens Imóveis do Município da Figueira da Foz, deliberou, por maioria, com trinta e oito votos a favor dos membros do Partido Socialista, Grupo de Cidadãos Eleitores



Figueira a Primeira, Partido Social Democrata e Coligação Democrática Unitária, uma abstenção do membro do Bloco de Esquerda, e sem votos contra:-----

1 - Autorizar a Câmara Municipal a alienar à Empresa Domingos da Silva Teixeira - Imobiliária, S.A. vinte e um lotes de terreno, numerados de 13 a 33, com a área total de 68.846,30 m², localizados na Zona de Expansão do Parque Industrial e Empresarial da Figueira da Foz, freguesia de Lavos, pelo preço global de 1.204.810,00 € (um milhão, duzentos e quatro mil, oitocentos e dez euros), repartido nos termos constantes do seguinte quadro:-----

Lote	Área do lote (m ²)	artigo matricial (urbano da freguesia de Lavos)	Descrição Predial (freguesia de Lavos)	preço (€17,50/m ² x área)
13	2 762,90	2809	9092	48.351,00 €
14	3 047,60	2810	9093	53.333,00 €
15	3 266,80	2811	9094	57.169,00 €
16	3 486,00	2812	9095	61.005,00 €
17	3 705,10	2813	9096	64.839,00 €
18	3 819,90	2814	9097	66.848,00 €
19	4 227,20	2815	9098	73.976,00 €
20	4 446,80	2816	9099	77.819,00 €
21	5 554,40	2817	9100	97.202,00 €
22	2 820,10	2818	9101	49.352,00 €
23	2 904,00	2819	9102	50.820,00 €
24	2 904,00	2820	9103	50.820,00 €
25	2 904,00	2821	9104	50.820,00 €
26	2 904,00	2822	9105	50.820,00 €
27	2 828,70	2823	9106	49.502,00 €
28	2 820,10	2824	9107	49.352,00 €
29	2 904,00	2825	9108	50.820,00 €
30	2 904,00	2826	9109	50.820,00 €
31	2 904,00	2827	9110	50.820,00 €
32	2 904,00	2828	9111	50.820,00 €
33	2 828,70	2829	9112	49.502,00 €
	68 846,30			1.204.810,00 €

2 - A compra e venda dos lotes fica sujeita ao cumprimento das cláusulas 8.ª, 9.ª, 10.ª e 15.ª das condições de venda aprovadas em reunião de Câmara de 07 de julho



de 2023, bem como o Regulamento do Plano de Pormenor para a Zona de Expansão do Parque Industrial e Empresarial da Figueira da Foz.-----
Deliberação aprovada em minuta.-----

5.9 - AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE UMA PARCELA DE TERRENO SITA NA VÁRZEA - FREGUESIA DE BUARCOS E SÃO JULIÃO

Pelo Presidente da Câmara foi proposta a afetação ao domínio público municipal de uma parcela de terreno afeta ao domínio privado, com a área de 69,40 m², sita na Várzea - Freguesia de Buarcos e São Julião, que constitui uma área sobrando após a execução do arruamento denominado Av.^a Professor Dr. Bissaya Barreto e que foi objeto de um acordo de extremas celebrado em 01 de setembro de 2023.-----
Este acordo aprovado entre o Município e a empresa Neves & Moderno, diz respeito a um processo de licenciamento de um projeto para construção de um edifício plurifamiliar e de serviços, e foi celebrado após se verificar não existir qualquer inconveniente do ponto de vista do interesse público a esta afetação ao domínio público municipal, por não se perspetivar para o local outro uso que não o atual. Esta afetação ao domínio público municipal foi aprovada em sede de reunião de Câmara de 07 de dezembro de 2023.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "A Coligação Democrática Unitária vai abster-se neste ponto, porque tem algumas dúvidas em relação a linhas de água mencionadas no processo e que lhe parecem um pouco confusos."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, António Marques Antunes e Ricardo Manuel Santos, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições emergentes da alínea q) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por maioria, com trinta e sete votos a favor dos membros do Partido Socialista, Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Partido Social Democrata e Bloco de Esquerda, uma abstenção da Coligação Democrática Unitária, e sem votos contra, afetar ao domínio público municipal uma parcela de terreno, com a área de 69,40 m², sita na Várzea - Freguesia de Buarcos



e São Julião, confrontando a Norte com Neves & Moderno, Ld.^a, a Sul com a Av.^a Professor Doutor Bissaya Barreto, a Nascente com domínio público municipal e a Poente com terreno municipal, de modo a permitir a viabilização da operação urbanística de licenciamento de um projeto para construção de um edifício plurifamiliar e de serviços da empresa Neves & Moderno.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.10 - PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA UNIDADE DE EXECUÇÃO DO PROLONGAMENTO DO VALE DAS ABADIAS E RESPETIVOS TERMOS DE REFERÊNCIA

Pelo Presidente da Câmara foi proposta, para análise e aprovação, a delimitação da Unidade de Execução do Prolongamento do Vale das Abadias e respetivos termos de referência, que aqui se dão por integralmente reproduzidos, constituindo o anexo número três à presente ata.-----

A proposta de delimitação da Unidade de Execução do prolongamento do Vale das Abadias foi precedida de um período de discussão pública, nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 148.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua última redação, não tendo sido introduzidas alterações aos seus elementos fundamentais, nomeadamente ao nível da estrutura fundiária, da intervenção urbanística de conjunto e da perequação compensatória de benefícios e encargos.-----

Esta proposta foi aprovada na reunião de Câmara de 07 de dezembro de 2023.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "A Coligação Democrática Unitária não gosta particularmente do proposto aqui.-----

Acho que a área de habitação é grande para o espaço que ali está. Os espaços verdes, em si, são reduzidos em termos de equipamentos e infraestruturas de apoio. Do meu ponto de vista, poderia ter sido diferente.-----

Mas pronto, é a minha opinião! Vale o que vale! Mas, considero que nesta semana em que foi feita uma homenagem a Coelho Jordão e às Abadias, esta proposta não está muito em sintonia..."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves, estive a conferir e as Abadias têm atualmente 08 hectares e o prolongamento proposto é de 5 hectares.-----

Considera insuficiente provavelmente... Eu devo dizer que esta sessão é das mais



ricas que tenho tido na minha vida autárquica. A grande obra das abadias é de 08 hectares. Devo dizer que estou a achar pouco, mas, estive a confirmar. Aqui está proposto 05 hectares.-----

Lá está os que fazem, os que não fazem, o amor às zonas verdes e o amor a outro tipo de zonas.-----

Já agora, gostaria de confirmar se o Presidente da Junta de Freguesia de Twarede se absteve ou não neste ponto. Foi-me dito aqui e eu não acreditei, mas os meus vereadores, de facto, nunca mentem!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Fernando Martins Lopes.-----

FERNANDO MARTINS LOPES: "Apenas para esclarecer que o Presidente da Junta de Freguesia de Twarede absteve-se porque não foi consultado, não foi perdido nem achado, relativamente a nada do que aqui está a acontecer.-----

Fiquei também a saber por parte de outras pessoas que o Hospital da Luz estava a ser implantado na Freguesia de Twarede, sem eu ter conhecimento. Ninguém me disse nada institucionalmente. Portanto, sendo uma situação nova o executivo da Junta de Freguesia recebe isto desta maneira?!...-----

Entendo ser a decisão mais nobre e mais própria - nem a favor, nem contra. Vamos aguardar o que ali vai acontecer em função daquilo que disse o Presidente da Câmara (dos que fazem e dos que não fazem). Se aquilo que fazem for bem feito, certamente, o Presidente da Junta de Freguesia de Twarede estará aqui a congratular-se com a situação."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "O processo esteve em consulta pública e vem de há muito tempo. Não tenho mais a dizer."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, António Marques Antunes e Ricardo Manuel Santos, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 6 do art.º 89.º e art.º 148.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, e alínea r) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ambas na sua atual redação, deliberou, por maioria, com dezasseis votos a favor dos membros da Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a



Primeira e do Partido Social Democrata, vinte e uma abstenções dos membros do Partido Socialista e do Bloco de Esquerda, e um voto contra do membro da Coligação Democrática Unitária, aprovar a delimitação da Unidade de Execução do Prolongamento do Vale das Abadias e respetivos termos de referência.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.11 - PLANO MUNICIPAL DE REDUÇÃO DE RUÍDO DO CONCELHO DA FIGUEIRA DA FOZ

Pelo Presidente da Câmara Municipal foi presente o Plano Municipal de Redução de Ruído do Concelho da Figueira da Foz, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número quatro à presente ata.-----

Este Plano Municipal tem por objetivo o cumprimento do disposto no n.º 1 do art.º 8.º do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, na sua redação atual, que determina que as zonas sensíveis ou mistas com ocupação expostas a ruído ambiente exterior que exceda os valores limite fixados no seu art.º 11.º devem ser objeto de planos municipais de redução de ruído, cuja elaboração é da responsabilidade das câmaras municipais.-----

O Plano Municipal de Redução de Ruído do Concelho da Figueira da Foz foi votado favoravelmente na reunião de Câmara de 21 de dezembro de 2023.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, António Marques Antunes, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas do n.º 3 do art.º 8.º do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro (Regulamento Geral do Ruído) e da alínea h) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ambos na sua última redação, deliberou, por maioria, com trinta e oito votos a favor dos membros do Partido Socialista, Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Partido Social Democrata e Bloco de Esquerda, sem abstenções, e um voto contra do membro da Coligação Democrática Unitária, aprovar o Plano Municipal de Redução de Ruído do Concelho da Figueira da Foz.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES apresentou a seguinte declaração de voto: "A Coligação Democrática Unitária vota contra este documento, não porque esteja em desacordo



com ele, mas porque não teve tempo de o ler. É verdade que a Câmara e a Assembleia facultaram os papéis no tempo previsto por lei, ou seja, com a antecedência de dois dias, mas, não tive tempo de o ler nem os seguintes, ou quase todos os seguintes."-----

5.12 - ALTERAÇÃO DA DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DO CENTRO URBANO DA FIGUEIRA DA FOZ

Pelo Presidente da Câmara foi proposta a alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Urbano da Figueira da Foz, nela se incluindo a totalidade da área correspondente à principal entrada da Cidade, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número cinco à presente ata.-----

A Área de Reabilitação Urbana do Centro Urbano da Figueira da Foz passará a considerar uma área total de 139,41 hectares, e tem como principal objetivo a requalificação do espaço público, identificando-se com os objetivos gerais definidos no Programa Estratégico de Reabilitação Urbana do Centro Urbano da Figueira da Foz. A respetiva Operação de Reabilitação Urbana Sistemática, aprovada em sessão de 28 de abril de 2017, permanecerá inalterada, tanto no seu modelo de gestão (Sistemática) como no seu prazo de 15 anos, continuando o Município a assumir a qualidade de entidade gestora da mesma.-----

Do processo fazem parte integrante a memória descritiva e justificativa, que inclui os critérios subjacentes à delimitação da área abrangida e os objetivos estratégicos a prosseguir; a planta com a delimitação da área abrangida; bem como o quadro de benefícios fiscais associados aos impostos municipais sobre património, designadamente o Imposto Municipal sobre Imóveis e o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, nos termos da legislação aplicável.-----

Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 21 de dezembro de 2023.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, António Marques Antunes, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano, sob proposta da Câmara e nos termos do art.º 13.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua redação atual, aprovou, por maioria, com trinta e oito votos a favor dos membros do Partido Socialista, Grupo de



Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Partido Social Democrata e Bloco de Esquerda, sem abstenções, e um voto contra do membro da Coligação Democrática Unitária, a alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Urbano da Figueira da Foz (nela se incluindo a totalidade da área correspondente à principal entrada da Cidade), mantendo-se inalterada a respetiva Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Sistemática, aprovada em sessão da Assembleia Municipal de 28 de abril de 2017, tanto ao nível dos seus objetivos como no seu prazo de 15 anos, continuando o Município, no âmbito do modelo de gestão da Operação de Reabilitação Urbana, a assumir a qualidade de entidade gestora da mesma.-----
Deliberação aprovada em minuta.-----

5.13 - DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DO ALQUEIDÃO

Pelo Presidente da Câmara foi proposta a delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Alqueidão, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número seis à presente ata.-----

A Área de Reabilitação Urbana do Alqueidão tem os objetivos estratégicos de incentivar a reabilitação do edificado degradado e devoluto; promover a captação de novos residentes; valorizar o património referenciado, designadamente os imóveis com valor patrimonial e os elementos de interesse patrimonial; bem como preservar a identidade e a singularidade do aglomerado urbano da Freguesia do Alqueidão.--

Uma vez que a reabilitação urbana pretendida incide, primacialmente, sobre o edificado existente, a Área de Reabilitação Urbana do Alqueidão deverá ser executada através de uma Operação de Reabilitação Urbana Simples, a qual deverá ser aprovada no prazo máximo de três anos após a aprovação da Área de Reabilitação Urbana, sob pena de caducidade desta última.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, António Marques Antunes, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano, sob proposta da Câmara e nos termos do art.º 13.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua última redação, deliberou, por unanimidade, aprovar a delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Alqueidão, cuja Operação de Reabilitação Urbana Simples terá de ser obrigatoriamente aprovada no prazo de três anos, sob pena de caducidade.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Citaria alguém para referir que cada executivo camarário, cada Presidente de Câmara, tem a sua maneira de proceder. Esta reivindicação em relação à Área de Reabilitação Urbana do Alqueidão não respeita só ao mandato em que estamos.-----

Portanto, eu congratulo-me muito por esta Área de Reabilitação Urbana ter sido reposta, porque caducou em mandato anterior e fomos nós, os tais que não ouvimos, que a repusemos."-----

5.14 - LEVANTAMENTO DA SUSPENSÃO DA ENTRADA EM VIGOR DO NOVO REGULAMENTO DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, AMBIENTE E SALUBRIDADE E DA NOVA ESTRUTURA TARIFÁRIA

Pelo Presidente da Câmara foi proposto o levantamento da suspensão da entrada em vigor do novo Regulamento de Gestão de Resíduos Sólidos, Ambiente e Salubridade e da correspondente Estrutura Tarifária, atendendo a que já foram eliminadas, na quase totalidade, as restrições adotadas para controlar a pandemia do Covid-19, e a vida coletiva e atividade económica já retomaram os padrões pré-pandemia.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "A cessação da suspensão deste Regulamento vai, ou não, trazer mais custos nomeadamente para os restaurantes e para todos os figueirenses?"

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Deputado municipal Manuel Rascão Marques, gostava de lhe responder com uma pergunta: o que é que lhe parece?-----

Nós não somos a entidade reguladora, não somos a ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S.A. Sim, inevitavelmente vai corresponder a um aumento. Estamos a procurar que seja o mais moderado possível.-----

O Regulamento que o anterior Diretor, Dr. Vitor Pereira, levou à reunião de Câmara em março de 2022, propunha um aumento de 30%, e nós não levamos por diante. O défice tarifário do Município, neste momento, é de 02 milhões de euros, ou seja, entre o que recebemos das tarifas e aquilo que nos custa.-----

Aproveito para referir também em relação à recolha seletiva, já agora se me permite, a ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S.A. ainda não tem uma estação de tratamento para o efeito que nos permita funcionar, para além de uns pontos em concreto, nomeadamente para os Verdes que já temos instalado nalguns pontos.----

Em matéria de resíduos sólidos urbanos, com a suspensão deste Regulamento decidida na altura da Covid, que nós compreendemos, está em vigor o Regulamento aprovado



no final do mandato anterior em dezembro de 2021. Obviamente, tem de haver atualização aqui. Como sabe, a taxa que é paga é igual para todos praticamente a nível do consumo e queremos mexer sim, para introduzir justiça e equidade.-----
A propósito do que rende para o Município, como perguntava do estacionamento, aqui 2 milhões de euros. É aquilo que estamos a chegar de défice tarifário, com menos quase meio milhão de euros das Águas (não pagamento da taxa por não termos aumentado as tarifas) veja o que isto significa no Orçamento Camarário!!!-----
Para manter o equilíbrio, daí sim, o levantamento da suspensão do Regulamento. A seguir, vamos tentar conseguir uma solução tão consensual quanto possível. Vamos ver o que é que nos parece a todos razoável."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "O Presidente da Câmara parece que ficou um bocado aborrecido com as minhas perguntas, mas se eu não as tivesse feito o senhor não daria o esclarecimento que deu e que foi oportuno para todos nós.-----
Ficou um bocado incomodado e agora voltou a falar, mas eu não lhe pedi rendimentos porque sei que há um défice de resíduos. Coloquei esta questão de propósito para que V. Ex.^a fizesse o esclarecimento que fez, em minha opinião bastante oportuno e importante para todos nós.-----
Fico satisfeito por ter aqui afirmado que irá ter atenção, cuidado e a maior justiça no Regulamento porque, efetivamente, é muito importante."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, António Marques Antunes, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano, sob proposta da Câmara e ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por maioria, com trinta e seis votos a favor dos membros do Partido Socialista, Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, do membro do Partido Social Democrata, Gilberto Fajardo Oliveira, e dos membros da Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda, três abstenções dos membros do Partido Social Democrata, Teotónio Jesus Cavaco, Manuel Rascão Marques e Adélia Ramos Batata, e sem votos contra, levantar a suspensão da entrada em vigor do novo Regulamento de Gestão de Resíduos Sólidos, Ambiente e Salubridade e da correspondente Estrutura Tarifária, de forma a que entre em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao da



aprovação das tarifas de resíduos nele previstas.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

PROPOSTA DE SUSPENSÃO DA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "A pedido do Presidente da Câmara proponho a suspensão desta sessão, sugerindo o dia 29 de dezembro de 2023 para continuação da mesma e discussão dos pontos 5.5, 5.7, 5.15 e 5.16 da Ordem de Trabalhos.-----
Esta proposta mereceu a anuência dos líderes de todos os Grupos Municipais e foi colocada à votação pelo Presidente da Assembleia Municipal.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, António Marques Antunes, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano, deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada de suspender esta sessão da Assembleia Municipal, reiniciando os trabalhos na próxima sexta-feira dia 29 de dezembro de 2023.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Gostaria de desejar a todos um Santo Natal e, se me permite, a V. Ex.^a com especial consideração e respeito que é generalizado."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Eu, em meu nome e em nome da Mesa da Assembleia Municipal, agradeço do fundo do coração o apoio e compreensão que eu senti nestes momentos mais difíceis por parte dos líderes.-----

Portanto, que o Natal seja isto mesmo - o período em que estamos todos mais harmonizados. Que o Natal continue a ser aquela esperança renascida. Que o futuro seja melhor, sem guerras, sem Covid e sem fogos. Bem hajam e até ao dia 29."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Fernando Correia.

JOSÉ FERNANDO CORREIA: "Eu queria em nome do grupo municipal do Partido Socialista fazer votos de bom Natal para todos, porque depois um bom Ano Novo ainda dá na próxima.-----

Queria salientar um aspeto fundamental - independentemente de tudo aquilo que nos possa dividir e da maior ou menor alteração que, por vezes os debates aqui possam ter, que continuemos todos a lutar por aquilo que eu acho que, afinal de contas nos une, que é o interesse público municipal."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Rosa Costa Reis.-----

ROSA COSTA REIS: "Eu, também em nome do grupo municipal da Figueira a Primeira, queria desejar a todos um bom Natal e umas Boas Festas.-----

Queria, sobretudo, desejar que o Natal fosse 365 dias e que aquilo que nós dissemos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 6 da Sessão Ordinária de 22-12-2023

aqui hoje, no final - vamos todos ser harmoniosos vamos todos estar em paz - acontecesse todos os dias."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Também em nome do grupo municipal do Partido Social Democrata desejo um feliz Natal a todos os aqui presentes e aos que estão em casa."

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Miguel Jorge.

PEDRO MIGUEL JORGE: "Para já desejo um feliz Natal na companhia de quem queremos. No próximo dia 29 terei oportunidade de vos desejar um Bom Ano."-----

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal declarada encerrada a primeira reunião desta sessão, eram dezassete horas e trinta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação e que vai ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário, nos termos da Lei.-----



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DA
FIGUEIRA DA FOZ**

**ATA N.º 6/2023
SESSÃO ORDINÁRIA
DE 22-12-2023
2.ª Parte**

“Nos termos do art.º 56.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as atas são publicitadas na íntegra, mediante edital afixado durante 5 dos 10 dias subsequentes à sua aprovação, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 6 da Sessão Ordinária de 22-12-2023

LOCAL - Sala das Sessões dos Paços do Município-----

DATA -29 de dezembro de 2023-----

INICIO - Quinze horas e vinte minutos-----

A sessão iniciou-se com a presença de:-----

PRESIDENTE - José Duarte Pereira.....PS

1ª SECRETÁRIA - Ana Margarida Pinto da Cunha.....PS

2ª SECRETÁRIA - Júlio César da Costa Loureiro.....PS

MEMBROS - David Manuel Fajardo AzenhaFAP

Francisco Nuno Costa de Melo BiscaiaPS

Edgar José Pedrosa GonçalvesFAP

Mafalda Reis de AzevedoPS

Teotónio Paulo de Jesus CavacoPSD

Isabel Cristina Guerreiro Pimentel MaiaFAP

José Fernando Guedes CorreiaPS

Joaquim Francisco da Silva PereiraFAP

Célia Maria da Silva MoraisPS

José António Borges LigeiroFAP

José Manuel Cunha CarvãoPS

Manuel Fernando Rascão MarquesPSD

António Graça LapãoFAP

Gonçalo Raposeiro FariaFAP

Micaela Miranda DurãesFAP

Adélia Maria Ramos BatataPSD

Gonçalo Andrade de OliveiraFAP

Maria Adelaide Gaspar GonçalvesCDU

Pedro Miguel da Silva Ribeiro JorgeBE

PRESIDENTES DE JUNTAS DE FREGUESIA

(Alhadas) Jorge Manuel Bugalho da SilvaPS

(Alqueidão) Clarisse da Silva Ferreira OliveiraPS

(Bom Sucesso) Pedro Manuel Figueiredo QuinteiroPS

(Buarcos e São Julião) Rosa Maria Martins Ferreira BaptistaFAP

(Ferreira-a-Nova) Susana Maria Rodrigues Oliveira MonteiroPS

(Marinha das Ondas) José Alberto Jordão SuzanaPS

(Moinhos da Gândara) Gilberto Fajardo OliveiraPSD

(Paião) José Alberto da Silva CarvalhoFAP



(Quiaios) Ricardo Manuel Rodrigues SantosPS
(São Pedro) Jorge Aniceto Pimentel dos SantosPS
(Tavarede) Fernando António Martins LopesPS
(Vila Verde) Vítor Manuel Gonçalves AlemãoPS

Após verificação do quórum, deu-se início à sessão.-----

COMUNICAÇÃO DE AUSÊNCIAS

João Raul Henriques Sousa Moura Portugal, Victor Manuel dos Santos Madaleno, Carlos das Neves Batata, José Coelho Henriques da Silva, José Augusto Fernandes Mateus e Silvina da Silva Fonseca Anadio de Queiroz.-----

SUBSTITUIÇÕES

Carlos das Neves Batata por Pedro Manuel Figueiredo Quinteiro, José Augusto Fernandes Mateus por Gonçalo Andrade de Oliveira e Silvina da Silva Fonseca Anadio de Queiroz por Maria Adelaide Gaspar Gonçalves.-----

FALTAS JUSTIFICADAS

Fausto Fernando dos Santos Loureiro, Maria Isabel Cardoso Guardão Tavares, António José Mendes da Fonseca Marques Antunes, Joaquim Manuel Sacramento e Cunha, Rui Pedro Pinto Ferreira, Paulo Henrique Nisa Mariano e Rosa Maria da Costa Reis.---

5.2 - ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO GERAL DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO TAXADO E DE DURAÇÃO LIMITADA - VOTAÇÃO PARA ACEITAÇÃO DA SUA REINTRODUÇÃO NO PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Pelo Presidente da Câmara Municipal foi solicitada a reintrodução do ponto 5.2 no período da Ordem de Trabalhos da presente sessão. Este ponto fora retirado da Ordem de Trabalhos, também a pedido do Presidente da Câmara, na primeira reunião desta sessão.-----

Assim sendo, colocarei à votação do plenário a sua readmissão na Ordem de Trabalhos."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Fausto Santos Loureiro, Rui Pinto Ferreira, Isabel Guardão Tavares, António Marques Antunes e Joaquim Sacramento Cunha, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Paulo Nisa Mariano e Rosa Costa Reis, deliberou, por unanimidade, admitir a reintrodução do ponto 5.2 - Alteração ao Regulamento Geral das Zonas de Estacionamento Taxado e de Duração Limitada - no Período da Ordem do Dia, considerando o pedido do Presidente da Câmara.-----



Deliberação aprovada em minuta. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Queria agradecer ao Presidente da Assembleia e aos líderes dos grupos municipais terem concordado com a reintrodução do ponto 5.2 da ordem de trabalhos. Eu pedi para retirar na sequência até de uma intervenção do deputado municipal Manuel Rascão Marques, mas não sei se só, e a atitude da minha parte julgo que foi errada, porque é mesmo necessária esta aprovação por força da compatibilização entre o Regulamento e o Contrato de Concessão.-----

Tal como disse na altura, este é um tema que vem desde *In Illo Tempore*, desde 2002 para diante e tem sido muito complexo.-----

Eu não consigo perceber como é que a empresa esteve estes anos todos sem procurar pelo esclarecimento definitivo destes pontos para poder agir em conformidade.---

Do ponto de vista do que costumam ser os interesses dos privados também não consigo entender, mas, de facto, tem de ser votado e sem esta compatibilização o sistema fica completamente deficitário nos termos do seu funcionamento e dos requisitos formais.-----

Por isso, queria dar esta explicação e agradecer a compreensão dos líderes e do senhor Presidente."-----

**5.2 - ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO GERAL DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO
TAXADO E DE DURAÇÃO LIMITADA**

Pela Vice-Presidente da Câmara foi proposta a alteração ao Regulamento Geral das Zonas de Estacionamento Taxado e de Duração Limitada, cuja versão final se dá aqui por integralmente reproduzida, constituindo o anexo número sete à presente ata.-

Acresce, ainda, que todo este processo foi precedido de consulta pública nos termos e para os efeitos do n.º 1 do art.º 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, tendo sido recebidos dois contributos de alteração, um dos quais foi aceite e se refletiu na final redação do n.º 1 do art.º 14.º do Regulamento e o outro não foi considerado por já se encontrar previsto no Regulamento.-----

Este processo foi votado favoravelmente na reunião de Câmara de 20 de outubro de 2023.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco.

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Eu gostaria de falar diretamente para o Presidente da Câmara da Figueira da Foz. Eu sinto-me, às vezes, como aquele miúdo na escola que apanha pancada de toda a gente, vêm uns dão-lhe pancada, vêm outros dão-lhe pancada



e depois, a certa altura, ele pergunta «porquê eu?» e a resposta é «Olha, porque sim!».-----

Francamente, estatutariamente e regimentalmente eu tive grandes dúvidas da legalidade da sua atitude na semana passada. Penso que, com todo o respeito, não compete ao Presidente da Câmara retirar um ponto da Ordem de Trabalhos da Assembleia Municipal. Tenho algumas dúvidas regimentais em relação a isso, mas passemos à frente....-----

Não é esse agora o assunto que me traz aqui a conversar um bocadinho consigo.---
Perguntou, na altura, onde é que nós temos andado. Eu gostava de lhe perguntar onde é que o senhor andou, porque na realidade, eu estive aqui senhor Presidente de Câmara!-----

E sabe que nos últimos 12 anos quem o defendeu nesta casa fui eu! Não sei onde estiveram muitos dos seus companheiros do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira e até alguns dos seus vereadores, mas eu estive aqui a defender a sua honra, muitas vezes contra tudo e contra todos, a apanhar pancada e quando eu perguntava «porquê?» a resposta era «porque sim!».-----

Sabe, quando se discutia aqui nesta casa qualquer coisa era sempre o Santana, o legado, o saudoso, o Santana. E eu estive aqui, estive nos jornais, na rádio e se houve pessoa que o defendeu nos últimos 12 anos, fui eu!-----

Portanto, com todo o respeito em relação a este assunto do estacionamento da Figueira da Foz, penso que nós estivemos aqui a defendê-lo!-----

Quando o estacionamento foi decidido nesta casa, foi decidido, passo a expressão, para meia dúzia de lugares de estacionamento. Entretanto, os 12 anos Socialistas nesta cidade na realidade não resolveram quase nada, empurraram tudo para a frente, mas houve uma coisa que souberam fazer: taxar e viver à custa dos impostos do Dr. Vitor Baptista. Dava jeito ser contra ele, mas dava jeito receber impostos e só não ficaram consignados os lugares de estacionamento do Jumbo porque não puderam. Portanto, em relação a isto não tenho qualquer dúvida em dizer que vou votar contra mais uma vez e vou votar contra porque sempre achei que este processo tinha sido mal iniciado, mal conduzido e, agora, está a ser mal terminado.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Compreendo a intervenção do deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco e não devo acrescentar muito mais.-----

Perguntou-me onde é que eu estive. É público onde estive!...-----

Uma coisa garanto e reafirmo: não tive nada a ver com a evolução deste processo,



que é das coisas mais abstrusas em termos jurídico/formais, desculpe-me o termo, que eu vi na vida, passo o exagero.-----

Aliás, os representantes da empresa sabem, eu pu-los fora ali do gabinete, uma vez em que já não os aguentava ouvir com exigências de coisas em que eles tinham responsabilidade também de resolver ao longo destes anos todos.-----

E de cada vez, durante estes dois anos que cá vinham, era mais uma coisa e agora já há mais.-----

Compreendo a intervenção e quanto à dúvida regimental, pois, talvez, eu não sei e sendo propostas do órgão executivo, se calhar a única maneira de ultrapassar quando é assim é reunir a Câmara toda."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco, a votação para aceitação da readmissão deste ponto na Ordem de Trabalhos foi por unanimidade, mas se assim o entender, nós retificamos por maioria com o seu voto contra."----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco.

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Não, não foi disso que falei. Eu falei foi da prerrogativa do Presidente de Câmara de retirar um ponto da Ordem de Trabalhos da Assembleia Municipal."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "A Câmara pode pedir a retirada do ponto. Aliás, quando vêm pontos que têm de ser retirados, nós retiramos a pedido do Presidente da Câmara. Até hoje, nunca retiramos um ponto a pedido da Assembleia Municipal. E não é necessário levar à votação do plenário."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Não é isso que o deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco colocou em causa, pois votámos conscientemente para a readmissão do ponto.-----

O que o deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco referiu, e bem, é que vamos votar contra a proposta. Isso são questões diferentes!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Fausto Santos Loureiro, Rui Pinto Ferreira, Isabel Guardão Tavares, António Marques Antunes e Joaquim Sacramento Cunha, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Paulo Nisa Mariano e Rosa Costa Reis, sob proposta da Câmara e ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação, deliberou, por maioria, com vinte e nove



votos a favor dos membros do Partido Socialista, Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, e do membro do Partido Social Democrata, Gilberto Fajardo Oliveira, uma abstenção do membro do Bloco de Esquerda, e quatro votos contra dos membros do Partido Social Democrata, Manuel Rascão Marques, Teotónio Jesus Cavaco e Adélia Ramos Batata e do membro da Coligação Democrática Unitária, aprovar a alteração ao Regulamento Geral das Zonas de Estacionamento Taxado e de Duração Limitada.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

MANUEL RASCÃO MARQUES apresentou a seguinte declaração de voto: "O Partido Social Democrata votou contra atento a toda a intervenção que fiz sobre este tema na anterior edição desta Assembleia, que espero que esteja em ata."-----

5.5 - GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2024-2028 E ORÇAMENTO PARA 2024

Foram presentes as Grandes Opções do Plano para 2024-2028 e o Orçamento para o ano de 2024, documentos que ficarão devidamente arquivados na Divisão de Finanças e Património - Serviço de Contabilidade deste Município, e disponíveis para consulta quando para tal forem solicitados.-----

Foram também presentes a proposta de orçamento e as Normas de Execução Orçamental, documentos que se dão aqui por integralmente reproduzidos constituindo, respetivamente, os anexos números oito e nove à presente ata.-----

Estes documentos foram votados favoravelmente, na reunião extraordinária de Câmara de 29 de novembro de 2023.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Miguel Jorge.

PEDRO MIGUEL JORGE: "Eu gostava de começar esta breve reflexão com umas contas de merceeiro relativas aos números apresentados nos documentos e gostaria de propor um exercício simples de relacionar estes números com os valores da inflação do nosso país que, explicou nos últimos quase dois anos, muito do aumento do custo de vida.-----

Mesmo sabendo que a inflação está, neste momento em queda, levo em linha de conta o valor previsto pelo Banco de Portugal para a inflação de 2023: cerca de 5% (que há de ser um bocadinho mais), mas vamos ficar nos 5%. Se me ativesse a este valor, poderia considerar que o crescimento de cerca de 04 milhões de euros no valor do Orçamento para 2024, números redondos relativos ao Orçamento de 2023, seria absolutamente normal e facilmente explicado pela inflação registada.-----

Sucedem que o aumento é de 15,2 milhões de euros, o que dá uma diferença de cerca de 11 milhões que terão de ser explicados de outra forma e que, segundo a informação



prestada a esta Assembleia pelo Presidente da Câmara, estarão relacionadas sobretudo com a empreitada da Ponte entre Vila Verde/Alqueidão.-----
Novamente, estas são contas muito básicas que não pretendendo, de modo algum ser revestidas de qualquer caráter técnico para o qual não estou habilitado, mas penso que podem ser úteis para um início de reflexão sobre como o Presidente da Câmara classifica, no mesmo documento, este exercício orçamental como ambicioso.-----
Esta adjetivação levanta-me algumas questões. Em que medida é que este Orçamento é ambicioso? É a sua execução, ou exatamente as opções, e estou a citar o seu documento senhor Presidente, «concretização de alguns projetos há muito esperados no Concelho»? E que projetos são esses? Refere-se ao Paço de Maiorca e ao Cabo Mondego, por exemplo?-----
É que no último ano, estes dois projetos pareceram arrancar, mas tiveram recuos e hesitações que duram até hoje.-----
Tive a oportunidade de elogiar as suas iniciativas no sentido de envolver as forças de decisão do Concelho, mas começa a ser necessário saber, na minha opinião, o que pensam sobre estes pontos o Presidente da Câmara e o Movimento pelo qual foi eleito?-----
No caso do Paço de Maiorca estão já a ser despendidas verbas relevantes para a sua reabilitação. São para passar ou manter no domínio público ou para vender e comprar, casos do Paço de Maiorca e do Cabo Mondego?-----
Tem mostrado senhor Presidente ser a pedra de toque da sua governação a resolução de casos pendentes no Concelho, como ainda, recentemente, se viu com questões habitacionais referentes a prédios que estavam há muito devolutos.-----
A minha questão final é saber qual a sua intenção na segunda parte deste mandato em relação a questões de investimento de fundo no Concelho que o lancem definitivamente para um futuro mais sustentável.-----
Começar por aliar mobilidade suave aos transportes públicos mais alargados, já era um início!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Mafalda Reis Azevedo.

MAFALDA REIS AZEVEDO: "Quero deixar uma nota muito breve relativamente ao Orçamento.-----

Em particular, a verba de 08,4 milhões de euros inscrita neste Orçamento, destinada à construção de dois Parques de Estacionamento da Zona Urbana, e reiterar, tal como a Vereação do Partido Socialista já teve a oportunidade de o fazer, que este valor nos parece manifestamente excessivo, sobretudo, por representar, na nossa



ótica, uma prioridade deste executivo em privilegiar a circulação automóvel em detrimento de uma estratégia de mobilidade.-----

Uma opção que é contrária àquilo que inclusivamente vem no Plano Municipal de Ação Climática recentemente aprovado, mas também aos vários estudos que nos últimos anos têm saído e criticam precisamente a excessiva dependência do transporte individual nas cidades, em vez das opções de uso coletivo com menor impacto ambiental.-----

E, portanto, o grupo municipal do Partido Socialista acredita que parte desta verba deveria ser afetada no sistema de mobilidade coletiva que ligue todas as Freguesias do Concelho.-----

Na verdade, acreditamos que isso até seria uma opção que com maior facilidade poderia obter financiamento, já para não falar que é, na verdade, uma opção também muito mais sustentável.-----

E isto justamente, quando também tanto se fala do facto de a mobilidade ser estrutural, ser um elemento central para promover o «elevador social», sendo que, na realidade, é fundamental uma rede pública de transportes que possibilite acesso à Educação, à Cultura, à Saúde, no fundo, aos serviços mínimos do Estado social. Portanto, esta ideia que parece prevalecer no Município da Figueira da Foz que cada figueirense tem de ter carro próprio afigura-se-me, de facto, desadequada e um bocadinho atávica e própria de um Concelho que, na realidade, não é desenvolvido.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Ricardo Manuel Santos.

RICARDO MANUEL SANTOS: “Somente duas notas relativamente ao Orçamento que aqui estamos a discutir e aproveitando, naturalmente, a presença do executivo.-----

Há situações, por vezes são pequenas situações, mas que, de facto, vão minando a confiança e era isso que gostava de transmitir ao Presidente da Câmara.-----

Uma situação que para mim não faz qualquer sentido, mas que se arrasta desde 2022. Na discussão do Orçamento de 2022, a Câmara Municipal achou por bem e que fazia sentido apoiar a Junta de Freguesia de Quiaios no que toca a obras nas piscinas da Freguesia.-----

E no Orçamento de 2022, discutido em dezembro de 2021, foi aprovada uma verba de 30.000 euros. Em 2022, a Junta de Freguesia cumpriu a sua parte, executou as obras que foram validadas pelos técnicos do Município e entregou os documentos na Câmara ainda em 2022. Porém, ao longo de 2022 não foi possível a Câmara cumprir com a parte a que se tinha comprometido nesse Orçamento.-----



Passou e transitou para 2023 aquando das nossas negociações, mas o que é facto é que chegados ao final de 2023, essa verba continua orçamentada, continua por pagar e julgo não fazer qualquer sentido continuar a ser transferida para o ano 2024, sem qualquer explicação.-----

Eu tenho a certeza que vai ser possível, a breve prazo, conseguir resolver esta situação, porque não faz sentido estar em três exercícios orçamentais seguidos uma verba de uma obra que já está executada.-----

Depois, naturalmente, gostaria também de fazer aqui uma pequena reflexão sobre a alternativa à Rua Direita que, felizmente, voltou a estar em cima da mesa.-----

Mas, não posso deixar de partilhar também o ceticismo que vai varrendo as gentes da minha Freguesia no que toca a esta situação. Durante muitos anos, há mais de 30 anos, que andamos a falar nesta situação e muitas vezes quando se chega a estas alturas a situação vai aparecendo nos orçamentos.-----

Portanto, nós já tivemos estas prendas embrulhadas em várias cores, em tons cor-de-rosa e em tons laranja e, depois, quando abrimos a caixa muitas vezes não estava lá nada dentro.-----

Desta vez, eu que tenho tido contacto com os técnicos do Município a trabalhar no processo sei que estamos em negociações com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e que estamos no bom caminho.-----

O senhor Presidente de Câmara também conhece a disponibilidade da Junta de Freguesia. Desde o primeiro momento, quando se soube que havia ali uma entropia relativamente aos terrenos, a Junta de Freguesia disse, de imediato, estar ali para ajudar e para colaborar na eventual permuta dos terrenos. E, agora estão inscritos 500 mil euros no Orçamento de 2024.-----

Mas, o ceticismo não pode deixar de ficar latente quando percebemos não haver ainda financiamento garantido, e essa é uma situação que nos deixa alguma apreensão.-----

Eu fico sempre com aquela sensação daquele jogador do Euromilhões que vai sempre jogar todas as semanas, vai continuando a apostar, ele sabe que nunca lhe sai nada, mas continua a ter esperança.-----

E, portanto, os Quiaenses continuam a cultivar essa esperança de que vai ser possível. Nós não precisamos de sorte, acho que não é uma questão de sorte, acho que temos de continuar a acreditar e queremos muito continuar a acreditar.-----

Acreditamos que o senhor Presidente tem a vontade política, a determinação, a arte e o engenho para conseguir levar esta obra a bom porto, se possível, dentro dos



prazos já anunciados."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Joaquim Francisco Pereira.-----

JOAQUIM FRANCISCO PEREIRA: "O Orçamento de 2024, apresentado pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, é em termos simples um documento contendo inscritas as receitas e as despesas municipais para o ano seguinte, servindo de base a toda a atuação financeira local. Aos olhos da lei a Câmara é um órgão executivo e a Assembleia é um órgão deliberativo por excelência, e nunca é demais lembrar.---- Esta apresentação introduz um quadro geral e orientação fundamentais que constituem as grandes Opções do Plano e do Orçamento Municipal para 2024. Ainda assim, as sugestões propostas e ideias apresentadas contribuem ou poderão contribuir para que haja um compromisso de opiniões que ajudem no desenvolvimento e dinamização da economia local.-----

Falo de opiniões políticas que, em concertação e negociação, vão quase todas no sentido de ajudar ao desenvolvimento do Concelho e em benefício das populações.- A quebra de investimento público leva-nos à perda de autonomia do Poder Local, mas o avanço no investimento como demonstra o Orçamento para 2024 desta Câmara torna-nos mais fortes.-----

Senão vejamos: no horizonte temporal deste Orçamento o valor global apresentado de 94.154.793,00 € supera o anterior em mais de 15.524.876,00 €, ou seja, 19,74% do Orçamento de 2023.-----

Se considerarmos a inflação de 5,4% em 2023, conforme dados do Banco de Portugal, e a conjuntura económica mundial, os valores apresentados devido à tendência inflacionária são de uma referência extremamente cautelosa que se há de refletir em todas as rubricas que compõem o Orçamento, apesar do seu aumento previsional, sucintamente, algumas rubricas de maior influência como os impostos, dado estes manterem-se no topo das preocupações das famílias e das empresas.-----

Nas receitas correntes, o maior bolo percentual de aumento de receitas previsíveis, 14,09% da variação de 2023 para 2024, respeitante aos impostos - Imposto Municipal sobre Imóveis, Imposto Único de Circulação, Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis e Derrama - acrescendo a estes valores a participação nos impostos do Estado no valor de 2.121.643,00 €.-----

Grosso modo, 12,03% do aumento geral para a rubrica dos impostos municipais. O Imposto Municipal sobre Imóveis tem mais 133.295,00 €, o Imposto Único de Circulação 83.463,00 €, o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de



Imóveis 1.186.404,00 €, a Derrama 1.900.874,00 €, e os outros impostos até diminuíram com menos 34.746,00 €.-----

Uma das principais fontes de rendimento da autarquia tem um aumento relativo previsional 2023/2024 de mais 1,09%. O Imposto Único de Circulação tem um aumento previsional de 4,75%, o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis um aumento previsional de 23,52%, a Derrama de 62,06% e os outros impostos diminuem em cerca de 4,41%.-----

O Imposto Único de Circulação com o aumento de 4,75% é relevante dado que o aumento estatal deste imposto é de cerca de 3%. O maior aumento previsional do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis de 23,52%, o imposto liquidado na realização de transações de imóveis, aumenta também em virtude de ter havido uma proposta governamental de 5% em outubro de 2023 na aquisição de habitação própria ou permanente, com efeitos a partir só de 2024.-----

A Derrama com 62,06%, de acordo com a norma fiscal este imposto é um tributo que se aplica às empresas para além da taxa de Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. A sua subida é um sinal positivo do investimento no nosso Concelho e de uma maior saúde empresarial.-----

Este imposto demonstra dinamismo económico por uma política de investimento que se apraz registar, conforme Mapa, Orçamento, Notas Finais e principais Investimentos previstos. Os outros impostos não têm relevância.-----

Nas receitas de ações financiadas temos os indicadores expressos com valores previsionais que, com prudência orçamental a que nos habituaram, acompanharemos, pelo que também são estimadas, como é óbvio.-----

Nas despesas correntes, as despesas com pessoal, estas sofrem um aumento generalizado nos valores atualizáveis em janeiro de 2024 dos vencimentos dos colaboradores da edilidade.-----

Considerando as estimativas para a inflação nacional dos valores orçamentados, percentualmente são equiparados a um peso percentual de 2023, havendo uma diminuição de 0,63% em relação ao ano anterior. Nas restantes rubricas enquadram-se os valores percentuais aproximados ao ano de 2023, à exceção dos juros e outros encargos que sobem em relação ao ano anterior.-----

O reconhecimento do trabalho, efetuado com rigor aliado à competência, experiência e conhecimento, demonstra uma capacidade de inovar, mantendo uma relação económica aos valores aproximados a 2023, acrescido de bases inflacionárias, respeitáveis e transparentes.-----



A dimensão crescente da base sustentável para o engrandecimento do Concelho é o resumo dos principais investimentos dimensionados no Orçamento para 2024 – o investimento nas zonas industriais do Concelho, na Gala e no Pincho, a primeira requalificada e a segunda que se espera uma realidade a curto prazo; a habitação a custos controlados; um investimento em novas piscinas; não esquecendo a ligação das duas margens do rio Mondego com a Ponte Eurovelo, cujo valor orçamental subiu dos desmesuradamente como é do conhecimento de todos; mais recentemente o Protocolo da Transferência de Titularidade dos Edifícios Militares que se encontravam devolutos há vários anos; ou ainda a expansão do Parque das Abadias criando o maior espaço verde na Cidade.-----

E espera-se um investimento significativo a nível de Freguesias do Concelho essencialmente nas rurais que, ao longo dos anos anteriores pararam no tempo e que, desta vez possam dar continuidade aos passeios ao longo da Estrada Nacional 111 que tanta falta faz a quem nela circula pedonalmente.-----

Verifica-se sustentabilidade orçamental, estabilidade neste Orçamento e este afasta riscos e permite-nos uma modernização e a expansão de negócios.-----

Como estamos em época natalícia desejo a todos um ótimo ano 2024.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Fernando Correia.

JOSÉ FERNANDO CORREIA: “Duas ou três anotações rápidas sobre o documento orçamental.-----

Do ponto de vista político, como é sabido, ou se não é sabido fica agora dito, o grupo municipal do Partido Socialista acompanhará o sentido de voto dos Vereadores do Partido Socialista, abster-se-á e viabilizará o Orçamento.-----

Portanto, do ponto de vista político, como dizia um antigo Presidente de Junta desta terra, está feita a pesca.-----

De todo o modo, eu queria fazer três ou quatro anotações rápidas sobre o Orçamento. A primeira, é evidentemente para acompanhar aquilo que minha colega Mafalda Reis Azevedo falou. Não sou especialista em matéria de transportes, nem coisa que se pareça, nem de estacionamento, mas parece-me um bocadinho um overbooking de parques de estacionamento de vários milhões de euros no Orçamento. Não chega a 100 milhões para este efeito, enfim, parece-me um bocadinho uma overdose! Não sei discutir esse tema com profundidade, mas parece-me um pouco estranho!-----

De todo o modo, se bem compreendo, a alocação definitiva desses montantes a esses propósitos, digamos assim, está relegada para integração no Orçamento do Saldo de Gerência, portanto, talvez tenhamos nessa altura, uma oportunidade mais sólida de



poder tornar a discutir o assunto.-----

Uma segunda nota, para dizer e também pedir algum esclarecimento sobre isso. Há qualquer coisa que suscita uma certa perplexidade no aumento de gastos com pessoal de 11,8. Não quero fazer aquele discurso de «Ai! São os boys e os tachos...».-----

Não queria entrar por aí, mas seja como for, 11,8 de aumento nos gastos com pessoal e eu sei que nestas contas o conceito de gastos com pessoal é mais amplo do que aquilo que é nas empresas, integra avenças, honorários, etc., etc., ainda assim, um aumento de 11,8!?-----

Vamos ver, o ordenado mínimo nacional aumenta 7,tal%, portanto, algo mais do que isso haverá com certeza, promoções, subidas nas carreiras, etc., etc... De todo o modo, seria interessante que o executivo pudesse dar alguma justificação sobre isso.-----

Duas notas finais.-----

Uma para dizer que tenho uma certa dúvida, o futuro o dirá, e não tenho dúvida que a conta foi bem feita, foi feita de acordo com o método com o qual ela deve ser feita: uma receita de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis de 6 milhões e tal?!-----

Eu não tenho dúvida de que o valor foi calculado de acordo com as regras que vigoram, é a parte do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais que não foi revogada relativamente a regras orçamentais.-----

Mas, 6 milhões e tal é no mínimo, enfim, um bocadinho arriscado!...-----

E, por último, um elemento que não posso deixar de trazer. É um bocadinho, como dizia um antigo Vereador desta Câmara, é um bocadinho canal história, mas não posso deixar de dizer isto.-----

Este Orçamento tem um serviço de dívida que não chega a 3% do valor do Orçamento. São 2 milhões e qualquer coisa, 2,6/2,7 milhões, num Orçamento de 93/94 milhões. E, portanto, nós estamos em condições de ser relativamente exigentes quanto ao próprio Orçamento e quanto à sua execução.-----

É porque não vai há muito tempo, nesses tempos plúmbeos do Partido Socialista, o serviço da dívida significava mais de 10% do Orçamento. Eram 5 milhões e tal em 50 milhões. Mais de 10% do Orçamento estava alocado, estava pregado, para pagar despesas passadas.-----

E, portanto, nós temos agora menos de 3% e uma parte dessa dívida tem certa compensação em redução de despesa, que tem a ver com a questão da iluminação pública.-----



Não vou entrar na discussão de saber se este método é melhor, se era melhor um contrato de desempenho energético com uma empresa Eco. Não sei, também, o suficiente do tema para entrar nessa discussão, mas não tenho dúvida que uma parte do serviço da dívida é compensada com uma diminuição de gasto na iluminação pública.-----

Portanto, em termos líquidos, nós até temos menos de 3% de serviço de dívida aqui metido, contra aquilo que foram mais de 10% não vai há tanto tempo assim.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: “Eu vou aqui dar apenas duas ou três notas sobre este documento.-----

Mas, depois de ouvir esta intervenção do deputado municipal José Fernando Correia, não posso deixar de dizer que é curioso o Partido Socialista falar de boys. É extremamente curioso! Ainda por cima, nesta Câmara!-----

Sobre o Orçamento é nossa preocupação, efetivamente, o aumento da despesa corrente. Continua a aumentar e isso deve ser motivo de preocupação. Se não houvesse fundos comunitários o que seria deste Município em termos de investimento?! E espero que se comece a preparar o Município para quando estes fundos comunitários diminuïrem, ou mesmo deixarem de existir, o que pode não ser num futuro muito longínquo.----

Por outro lado, verifica-se que os impostos continuam a subir. Este ano, aprovaram a Taxa Turística e agora os senhores acabaram por aprovar mais um Regulamento que vai trazer mais receita para o Município.-----

Espero que em 2025 se cumpra o que o Partido Social Democrata tem vindo a defender ao longo dos anos - que se faça uma redução dos impostos aos residentes do nosso Concelho. É por isso que temos lutado e vamos continuar a lutar.-----

Gostávamos também que no próximo Orçamento, em momento certo, pudessem todos os partidos com assento nesta Assembleia ser auscultados para fazerem as suas propostas. Não é no fim do ano que a gente o pode fazer.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Isabel Guerreiro Maia.

ISABEL GUERREIRO MAIA: “Apenas e só um pequeno apontamento, uma vez que o nosso grupo municipal já fez a análise do Orçamento, que creio ter sido explícita e até respondeu ao deputado municipal Pedro Miguel Jorge do Bloco de Esquerda. No entanto, há aqui dois pontos que eu gostaria de referir, se me permitem.-----

Em primeiro lugar, dizer também ao deputado municipal do Bloco de Esquerda que, de facto, as contas não se fazem exatamente assim, ou não são proporcionalmente na mesma maneira. Ou seja, o facto de a inflação ter sido considerada de 5,4%,



isso não afeta todas as despesas consideradas no Orçamento. O que nós referimos é, exatamente e sobretudo, bens e serviços, naturalmente.-----

Agora, analisando também um pouco do que foi dito pelo grupo municipal do Partido Socialista, de facto, se o ordenado mínimo aumenta previsivelmente cerca de 7,5% não é necessário adotarmos uma política de boys como o Partido Socialista é exímio em fazê-lo. E eu percebo que quando se vê um aumento de cerca de 11,8% se pense sempre nesse desvio, mas não!-----

Fiquem descansados que não é essa de todo a política deste executivo! Antes, pelo contrário, as contas são feitas também de outra maneira, não só da compensação dos profissionais desta casa que, de facto, têm dado muito mais do que lhe devia ser pedido.-----

Herdamos do Partido Socialista uma falta de preparação e de maturidade dos projetos para que se correspondesse atempadamente aos Avisos do Plano de Recuperação e Resiliência e, portanto, todas essas exigências que foram feitas e pedidas aos nossos funcionários têm de ser compensadas de acordo com a lei e com o que os trabalhadores merecem.-----

Além disso, não podemos esquecer que estamos em plena Transferência de Competências e, por isso há, naturalmente, um alargamento dos recursos humanos na Educação, na Saúde e na Ação Social.-----

Não podemos exigir que este executivo tenha uma política social, uma política de educação e uma política de saúde compatível com o que os figueirenses merecem e todos nós queremos, sem que seja revisto e devidamente planificado, organizado aquilo que não herdamos do Partido Socialista e que obviamente exige um investimento muito superior.-----

Também, aos dois deputados que puseram em causa o valor no diferencial dos 11 milhões, de referenciar que, apesar de tudo muito bem pensado e ponderado e com bastante esforço, nós estamos a pôr aqui como meta uma nova Zona Industrial; estamos a pôr aqui como metas investimentos nas Freguesias, concretamente as piscinas, por exemplo, mas não só, um aumento de cerca de 2,9 milhões para as Freguesias.-----

Estamos também a fazer estruturalmente investimentos como a Ponte, o alargamento da Zona Verde e a pensar nas novas gerações em termos de Ambiente, questão que tanto nos têm pedido e tanto é aqui representado por este executivo.-----

Por isso, eu penso que nós não podemos fazer as contas de uma forma permitam-me, sem qualquer ato pejorativo, mas quase contas de merceeiro, nem multiplicar por



uma taxa de inflação de 5,7% nem considerar 7,5% por causa do aumento do ordenado mínimo, mas temos de ponderar e todas estas proporcionalidades são evidentes.--- Obviamente, não podemos exigir aquilo que os deputados municipais têm exigido ao longo deste ano sem a contrapartida.-----

Portanto, eu penso que muito mais desejaríamos até que fosse aqui ponderado e não podemos!...-----

Quando o grupo municipal do Partido Social Democrata questiona o que poderemos estruturalmente investir quando os fundos comunitários diminuírem, ou mesmo deixarem de existir, quando acabarem os Planos de Recuperação e Resiliência, pois, é uma questão a nível nacional que herdamos da falta de investimento dos últimos anos de Governo, próprios de um Partido Socialista. E, portanto, vamos mesmo ver! E é por isso mesmo que este executivo, com este Orçamento e com a política que lhe está diretamente afeto, está a fazer investimentos estruturais para que não tenhamos essa equação.-----

Só de ver, por exemplo, que no caso da Habitação, temos uma candidatura de 8,2 milhões de euros ao Plano de Recuperação e Resiliência e só temos uma outra autarquia no país com um valor superior que, no caso, é a do Porto.-----

Ou seja, temos de ponderar isso tudo e não fazer, peço desculpa mais uma vez pelo adjetivo, essas contas de merceeiro.-----

Aproveito, porque, provavelmente, pode ser a minha última intervenção deste ano, para desejar a todos um excelente 2024 e a vontade de arregaçarmos todos as mangas, fazer deste Orçamento o melhor Orçamento implementado no nosso Concelho, e vamos ao trabalho!-----

Um excelente 2024 de saúde, paz e muito trabalho para todos nós!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Fernando Correia.

JOSÉ FERNANDO CORREIA: "Porventura ter-me-ei expressado mal. Eu não usei o argumento dos boys! Eu não usei esse argumento. Aliás, disse expressamente que não o usava!-----

O executivo mune-se da assessoria, dos adjuntos, dos que muito bem entenda, desde que o faça no quadro da lei. Esperava ter tido um esclarecimento mais cabal desta intervenção da deputada municipal, Isabel Guerreiro Maia, mas coisa nenhuma.----

Portanto, a única coisa que afirmou foi que, independentemente de tudo o mais, um aumento de despesas de pessoal de 11,8%, muito acima do aumento do salário mínimo nacional que é o maior aumento para os salários, salários mais altos têm aumentos relativos mais baixos, carecia, parece-me a mim, de um pequeno esclarecimento..."--



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Miguel Jorge.

PEDRO MIGUEL JORGE: "Só para agradecer as palavras da deputada municipal Isabel Guerreiro Maia.-----

Eu só quero lembrar aqui um pequeno período que li: «estas contas muito básicas não pretendem, de modo algum ser revestidas de qualquer carácter técnico para o qual não estou habilitado...», mas agradeço, obrigado."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco.

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Uma intervenção muito breve. Estamos numa de notas e notinhas e eu só gostava que ficasse bem claro que, em 29 de dezembro de 2023, nesta 2.ª parte da Assembleia Municipal de 22 de Dezembro de 2023, as duas grandes preocupações do Partido Socialista da Figueira da Foz, pasme-se, são em relação à mobilidade suave e em relação aos gastos com pessoal!-----

Eu acho que ouvi bem, mas se não ouvi bem, gostava que isto fosse repetido, porque, de facto, eu penso que estamos a fazer história. Mobilidade suave e gastos com pessoal vindo do Partido Socialista da Figueira da Foz é digno de nota!!! Só faltou aqui colocar o bypass!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Sabendo eu que o problema dos transportes foi agravado com a aprovação do regime jurídico dos transportes, o facto é que esta terra não tem transportes há muitos anos e o Partido Socialista, enquanto responsável na Câmara Municipal e nas Juntas de Freguesia, não fez rigorosamente nada, ou se o fez não conseguiu resultados!-----

A verdade é que se se agarrasse no valor gasto ou que irá ser gasto nos estacionamento, não se conseguiria aplicá-lo nos transportes?!-----

Eu sei que não é assim, não é fácil, e que esta matéria se rege por regulamentos, leis e número de habitantes, mas a Cidade da Figueira da Foz não pode estar apenas apontada para os turistas que nos visitam e têm de ter locais para estacionar!!! As pessoas que aqui vivem têm de ter transporte, porque senão o que é que vai acontecer?... Temos uma carreira Estação/Buarcos que normalmente anda vazia ou muito poucos cheia. É preciso começar a habituar as pessoas a andarem de transporte público e dizer-lhes o quão necessário é proteger o ambiente. É uma pescadinha com o rabo na boca, sem dúvida!-----

Em primeiro lugar tem de haver a oferta, temos de ter os transportes para, depois, as pessoas se habituarem a ter um horário e a andar de transporte público.-----



A Coligação Democrática Unitária gostaria que este Orçamento tivesse outras opções políticas. Relativamente à grande discussão dos 11 milhões para salários, a Coligação Democrática Unitária entende ser preferível aumentar nos salários do que em avenças.-----

Os trabalhadores ganham muito mal, como é sabido, mas foram aumentados muito pouco. E este país precisa de ter salários em condições para poder gerar a economia.”--

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à Vereadora Anabela Tabaçó, com a prévia anuência do Presidente da Câmara.-----

VEREADORA ANABELA TABAÇÓ: “Ouvi atentamente as questões que me foram colocadas e queria começar por responder em relação ao acréscimo da despesa.-----

Neste Orçamento, aumentaram as rubricas da despesa com a «Aquisição de bens e serviços» e «Despesas com pessoal».-----

A primeira aumentou 04,2 milhões de euros, justificando-se, essencialmente, pelo aumento da verba para os Resíduos Sólidos Urbanos em cerca de 800.000 euros. De facto, é um problema o aumento da tarifa que causa ao Município um défice tarifário bastante elevado e este aumento reflete-se no orçamento para 2024.-----

Na educação e saúde temos um aumento de cerca de 02 milhões de euros, essencialmente a nível do serviço de alimentação nos Jardins de Infância, no Programa das Refeições Escolares os valores subiram e o impacto no Orçamento é de cerca de 02 milhões de euros.-----

Nos transportes também temos aqui um acréscimo de 200.000 euros ao nível da despesa com a aquisição de bens e serviços.-----

Nas despesas com pessoal, eu queria dar nota do seguinte que justifica o acréscimo. O valor inscrito em Orçamento foi calculado pelos serviços de Recursos Humanos do Município. No ano de 2003, houve um aumento de salário extraordinário de cerca de 1% em maio que abrangeu todos os funcionários. Basta fazer contas para ter aqui uma justificação de quase 02 milhões de euros naquilo que aqui está, mais 01 milhão de euros. Houve, também, assistentes operacionais com 30 anos de carreira a subir uma posição remuneratória, isto tudo no Verão de 2023.-----

Por sua vez, o subsídio de alimentação também contribuiu para o aumento destas despesas.-----

Como sabem, o quadro de pessoal também aumentou em consequência da transferência de competências da Ação Social, Saúde e Educação, nesta última, este ano temos mais treze turmas e daí termos de ter mais assistentes operacionais, porque os rácios são maiores. Por isso, temos este aumento substancial das despesas com



pessoal.-----

Em relação ao serviço da dívida eu também registei aquilo que o deputado municipal José Fernando Correia falou e concordo. De facto, o que diz é que, neste momento, podia significar muito mais. Significa mais do que aquilo que era no passado, certo?-----

E eu aqui diria «é engraçado como ninguém fala do Paço de Maiorca», pois temos aqui 5 milhões de euros no Paço de Maiorca. Tive ontem a oportunidade de lá estar e ver a miséria e o estado de degradação total que apresenta, com problemas estruturais que colocam em causa o nível de segurança do próprio edifício. E nós temos aqui 05 milhões de euros que poderiam significar muito menos no peso da dívida do Município.-----

Falando de eficiência energética e do impacto que pode ter, mas também do Paço de Maiorca, poderia significar muito menos, mas estamos aqui com este valor e com os encargos financeiros ao longo do ano, os quais só nestes dois empréstimos ascendem a cerca de 300.000 euros com o aumento das taxas de juro, como bem sabe.-----

Portanto, eu acho que não podemos ir por aí, porque quando tocamos numa coisa temos de tocar na outra. Quando apontamos a eficiência energética também temos de tocar na dívida do Paço de Maiorca.-----

Se calhar, por vezes, não convém muito falar nisso da vossa parte, mas está cá registado.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “O deputado municipal, José Fernando Correia, citou um antigo Presidente de Junta, julgo eu. Referiu o sentido de voto do seu grupo municipal. Julgo que a frase era «a festa está feita»... Ah, a pesca. A pesca é boa, também dá festa. Mas penso que está feita.-----

Não é que na pesca, se é pesca, muitas vezes quando se lança a rede ao mar vem variado tipo de peixe. Não sou especialista na matéria, há quem o seja muito nesta terra.-----

Com dois anos de mandato, sendo estas as terceiras Grandes Opções do Plano e Orçamento que apresentamos e com uma noção, diria, já praticamente integral daquela que é a realidade do Concelho, não posso deixar de fazer uma fundamentação mais alargada do que aqui se apresenta.-----

Há um ponto primeiro no que é o pressuposto de toda a ação. Por razões várias e variadas, o objetivo de terminar este mandato com um equilíbrio global da execução orçamental sem agravamento da dívida é um objetivo primordial.-----



Em certa medida, pode dizer-se que pagam os justos pelos pecadores, mas como, infelizmente, a política tem as regras que tem, independentemente da dimensão da primeira letra ser muito, média ou pouco maiúscula, o que é facto, é que aquela dívida que, muitas vezes, é chamada de reprodutiva ou dívida que contribui para o desenvolvimento das gerações vindouras, quando não é compreendida, não deve haver insistência nesse ponto.-----

É preciso reconhecer o trauma que existiu agora, mais ou menos disfarçado, com a dívida acumulada até ao ano de 2009. Estas matérias ligam-se umas com as outras. Quando aqui foram referidos o estacionamento e o esforço necessário de 8,5 milhões de euros para o investimento no estacionamento, eu gostava de sublinhar que este investimento foi feito em 2011 no Parque de Estacionamento da Praça Doutor João Ataíde.-----

Pelas informações que tenho custou 3,5 milhões de euros, foi financiado a 75% pelo Programa Regional do Centro e implicou cerca de 750.000 euros de investimento do Município, na altura em que, como é sabido, era dito que não havia dinheiro para os tais parafusos.-----

A verba global de 3,5 milhões de euros incluiu a requalificação da Praça, foi feito também ali o Espelho de Água com a «Preguiça», mas ali a requalificação da Praça e a propósito de lugares de estacionamento, foram construídos 140 lugares de estacionamento.-----

No tempo de governação do Partido Socialista, não podemos dizer que não estivesse já na ordem do dia a questão do equilíbrio ambiental, do planeta verde, da mobilidade suave e da diminuição da dependência das energias fósseis, no entanto, foi feita esta opção!-----

Eu não defendo, nem entendo que se deva construir estacionamento, por exemplo, ou que ele seja construído só para quem nos visita.-----

Mas, também a propósito quando se usa o argumento «estamos a trabalhar para quem nos visita», quem nos visita contribui muito para o nível de vida de quem cá está. Nós não podemos secundarizar esse aspeto do trabalho de estarmos a desenvolver condições de acolhimento para quem visita o Município.-----

Essas visitas são essenciais, como sabemos, para a economia local. Não escondo, nem nego uma verba de 8 milhões de euros que nem sequer está definida, está a definir e, portanto, estamos sujeitos nestas matérias todas à assinatura do Pacto Regional que, incompreensivelmente, ainda não está assinado como outros de outras regiões, fruto da instabilidade política que se criou. Contudo, não nego que seja



elevada.-----
Agora, o problema do estacionamento não se coloca só para quem nos visita, coloca-se também para os residentes. Dentro da cidade, nomeadamente, o estacionamento existe na generalidade das cidades, é um facto!-----
Em Lisboa, ainda hoje li no Jornal, deitaram-se abaixo esplanadas pós-Covid para devolver três ou quatro lugares de estacionamento aos moradores. Devo dizer que nunca o faria, mas, enfim, são opções!...-----
O deputado municipal do Bloco de Esquerda falou também do desafio da mobilidade suave que eu acompanho. Sei que liga muito a esses temas e gostaria de ter a sua colaboração num trabalho de equipa nessa matéria porque, com franqueza, no quadro da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, as opções que a Figueira da Foz tem de colocar a si própria são muito grandes.-----
Quando fala num orçamento e plano ambiciosos é a esse propósito. Como diriam os franceses «à cet égard», porque nós fazemos o que queremos fazer - desviarmos o trânsito em grande medida daqui lá para cima. Eu hoje em dia passo a vida a fazer esse itinerário, depois entrar ali em Buarcos direito ao Foz Village, ver ali o estreitamento da via e as possibilidades que temos, de facto, de fazer essa rutura, de remeter a circulação viária toda para cima, exceto transportes públicos, os sonhados transportes públicos, e restringir muitíssimo a circulação aqui na marginal.-----
Poderão dizer «Ah, mas isso prejudica os hotéis, o comércio e este e aquele...». Há sempre essas reações nos primeiros tempos em que se fecham quarteirões ao trânsito. Quando fechei o Bairro Alto, Alfama e o Castelo em Lisboa, as reações primeiras dos comerciantes foram sempre céticas para não dizer de oposição e, depois, viram que essas zonas se transformaram em zonas de comércio rentável e dinamizado.----
Portanto, nós temos aqui em termos de mobilidade um grande desafio, mas se olharmos para o que é o sistema de desenvolvimento da mobilidade mais suave ou menos suave da Figueira da Foz, vemos que as acessibilidades rodoviárias são boas, mas os transportes públicos muito fracos, o Porto com as limitações que sabemos existirem nos transportes fluviais e o sistema ferroviário é a vergonha que se conhece ainda... Em relação ao aeródromo, posso dizer e dar a notícia de que a primeira versão do aeródromo, situado na zona do Pincho, não foi aprovada pela Autoridade Nacional, porque pediram uma reorientação e se essa reorientação for feita será objeto de aprovação. Deixa de ser em sentido paralelo à autoestrada, o que poderá viabilizar no futuro uma eventual extensão e até que aviões maiores ali aterrem.-----



Enfim, isto é generoso da parte da Autoridade Nacional, mas não está nos nossos propósitos tanto quanto conseguimos vislumbrar.-----

Dizem-nos, também, que poderá ser melhor em termos de ruído para as populações fazer ali uma ligeira reorientação da pista. Já estamos a trabalhar nisso e já tivemos reuniões, depois desta não aprovação, com a Faculdade de Engenharia da Universidade de Coimbra esta semana e, portanto, se Deus quiser o problema estará resolvido durante o mês de janeiro/fevereiro. A ver vamos!-----

Neste sistema de desenvolvimento da mobilidade nós temos agora para fazer as tais opções de rutura que eu falava na sessão anterior.-----

É-me comunicado pela Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra que o estudo que está a ser feito pelo professor Alfredo Costa só para o sistema de transportes da Figueira estará pronto no final de janeiro. Depois da minha intervenção na reunião anterior o Secretário Executivo da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra voltou a comunicar e a pedir-me para aguardar as conclusões desse estudo. Mas, como disse, está na hora de fazermos essa mudança profunda que também tem de ver, naturalmente, com o sistema de energia dos transportes por que venhamos a optar.-----

Eu queria dizer e referir a propósito deste Orçamento e deste Plano ser muito interessante, e não é só aqui pois se alguém o disser está a mentir, infelizmente é pelo país todo, para não dizer que é no mundo, existirem muitas coisas ao lado daquilo que são, de facto, os temas essenciais.-----

A Figueira da Foz vive hoje um enormíssimo desafio! Isto de termos competências próprias na área da Educação, Saúde, Habitação e Ação Social trouxe-nos uma série de exigências.-----

Ainda esta semana, o Diretor de um Agrupamento Escolar que viu aprovado um centro de altas tecnologias, um investimento considerável de quase uma dezena de milhões de euros, me escrevia a dizer «...agora precisamos das obras de adaptação na escola para recebemos o centro de altas tecnologias... Sem essas obras o centro não avança...». Um certo tipo de tom que revela uma quase obrigatoriedade do Município de ter todos os recursos próprios necessários para fazer face a todas estas novas realidades. E eu respondi «esses assuntos tratam-se antes das candidaturas, não depois das candidaturas...».-----

Temos de compreender à luz do que são os novos desafios decorrentes destas novas realidades, que são investimentos muito pesados em cima do Município. A propósito de despesa com pessoal e até da qualificação que é necessária, o deputado municipal



José Fernando Correia não se referiu ao tema em perspetivas deselegantes nem menos inteligentes, mas inteligentes, temos de compreender a necessidade da qualificação dos recursos para fazer face a estes desafios todos. Como diz a deputada municipal da Coligação Democrática Unitária é melhor pagar salários do que pagar de outra forma. Oxalá assim possa ser! De facto, o quadro do Município tem aumentado e vai continuar a aumentar.-----

A propósito do balanço que temos de fazer em relação às competências, gostava de sublinhar que as recebemos nas áreas da Educação, Saúde, Ação Social, e eu juntava a Habitação. Como foi perguntado na última assembleia, na prática as câmaras, nomeadamente a Câmara da Figueira da Foz (que está no pódio a nível nacional nos projetos que tem em matéria de habitação a custos acessíveis) está a executar aquilo que é ou era competência do Estado Central e, portanto, está a olhar por todos estes domínios e nós, em certa medida, podemos dar-nos por satisfeitos nalgumas áreas, mas preocupados noutras.-----

Constatamos a evolução demográfica que se está a verificar no Concelho. Isto que parece uma coisa pequenina era uma realidade absolutamente impossível de prever há algum tempo, mas tem um peso muito considerável na despesa, para não falar na questão dos transportes escolares, da Habitação e outros.-----

Mas indo à Educação, o principal desafio que se coloca na minha opinião neste subsistema que funciona muito bem é o da integração, nomeadamente a integração das crianças e jovens desde o pré-escolar até ao ensino secundário que passam a fazer parte da comunidade da Figueira da Foz.-----

Podemos dizer que no pré-escolar, no básico e no secundário, temos um subsistema que funciona bem muito graças a essa competência também de quem dirige os Agrupamentos, do interesse e participação dos pais e da aplicação dos alunos, como é evidente.-----

Gostava de sublinhar que numa reunião que tivemos anteontem, eu e a Vice-Presidente com o Reitor, o Vice-Reitor, o Pró-Reitor e o Diretor do Campus da Figueira da Foz nesta fase, professor Miguel Pardal, fiquei bastante satisfeito com o ponto de situação feito em relação ao desenvolvimento do projeto do Campus. E, por isso, foi confirmado, está para aprovação na entidade competente a nível do Ministério da Educação.-----

Para 2024/2025 temos a previsão de duas Licenciaturas e três Mestrados a funcionarem já no Campus da Figueira da Foz, sendo uma delas, e espero não estar a cometer nenhuma inconfidência, a de Biologia Marinha, a outra não será só ligada



ao mar, será mais no domínio espacial, ou seja, no domínio da circulação aérea, mas espero que seja o Reitor a dar estas notícias, na devida altura.-----
Mesmo os mestrados serão também em áreas científicas variadas. Portanto, a partir de setembro próximo teremos algumas centenas de alunos a funcionar no Campus da Universidade da Figueira da Foz.-----

Vão estar a funcionar em setembro de 2024 dois laboratórios ali no antigo Terminal Rodoviário e em 2025 vai lá estar a funcionar também o auditório e julgo que mais três laboratórios.-----

Estes desafios que se nos colocam também na área da Habitação, e não deixo de referir a congratulação praticamente unânime com o passo em frente dado em relação aos antigos edifícios militares e quero sublinhar que, naquele lote, se Deus quiser e os serviços do Município estão a trabalhar nesse sentido, iremos recuperar os dois edifícios que lá estão e construir mais dois, para que fique absolutamente equilibrado em termos de ocupação de espaço público. Proporcionará um número maior de fogos para serem colocados no mercado, principalmente para a população mais jovem.-----

Não queria deixar de mencionar que fizemos hoje entrega de 23 fogos que foram recuperados pela Figueira Domus.-----

Na área do património novíssimos desafios se colocam. Temos este novo Monumento Nacional que é o Mosteiro de Seiça. São muito sérios para às vezes não sorrirmos para tentarmos descontraír. Os desafios que se colocam no novo Mosteiro de Seiça são grandes. Vai exigir segurança 24 horas por dia e essas 24 horas por dia corresponderão a alguns milhares de euros no Orçamento Municipal. Não há outra hipótese! O trabalho foi concluído pelos arquitetos, a inauguração, já agora se quiserem tomar nota, será no sábado dia 20 de janeiro, às 15,30 horas.-----

Estamos a trabalhar quer com os arquitetos, quer com a equipa que está a ser criada e vai exigir reforço de pessoal. Estamos a trabalhar também de no processo da zona envolvente com a tal dinâmica das residências artísticas, porque o grande desafio, tal como o Presidente da Junta de Freguesia de Paião, o deputado municipal Edgar Pedrosa Gonçalves e muitos outros têm sublinhado sempre, a zona envolvente é o que vai ser o futuro daquele conjunto todo.-----

Temos os orçamentos pedidos para a Capela Octogonal e restauro das telas. Hoje, a Dr.ª Catarina Carvalho perguntou-me se devia avançar já com esse processo, eu disse não. Agora não!-----

O Mosteiro de Seiça vai exigir muito trabalho até dia 20 de janeiro e após 20 de



janeiro. Dia 20 de janeiro queremos que a inauguração seja com o Mosteiro tão despojado quanto possível de qualquer tipo de mobiliário, para as pessoas verem como ele é e está. Mesmo a Cafetaria que nascerá depende de conseguirmos acordos ali com aquelas edificações à volta propriedade de privados, nomeadamente das pessoas que moram lá ao lado. É uma enormíssima responsabilidade!-----

Depois o Paço de Maiorca. A este propósito, não aqui, mas preciso fazer uma pergunta ao deputado municipal José Fernando Correia a propósito da fase de uma obra que soubemos agora teve lugar entre 2006/2010, e isto nada tem a ver com o tempo em que esteve cá no Gabinete de Apoio ao Presidente da Câmara. A propósito de onde é que esteve, faz lembrar aquela pergunta de Baptista Bastos onde é que estava no 25 de Abril, não é?-----

E a propósito da questão de onde é que eu estava, nas várias bancadas há pessoas que acompanharam parte do que se passou no Paço de Maiorca, cada uma com a sua responsabilidade. A Dr.ª Anabela Tabaçó, por exemplo, o deputado municipal José Fernando Correia, o Vereador Ricardo Pedrosa Silva na oposição, o Vereador Manuel Fernandes Domingues já não sei em que posição estava...-----

Sobre o Paço de Maiorca não posso deixar de referir o quanto lamento as agendas dos titulares dos cargos da autarquia não lhes permitirem acompanhar deslocções de trabalho conjunto a este caso património. Não posso deixar de dar hoje a explicação que estou para dar há várias assembleias municipais sobre os propósitos em relação ao Paço de Maiorca. Eu julgo que já fiz esta referência por alto na sessão anterior.-----

Até há pouco tempo, nenhum funcionário do Município me tinha chamado a atenção, nem na auditoria que foi feita, a nosso pedido, pelos arquitetos da obra, à época arquiteto Miguel Arruda e sua equipa, nenhum falou na questão da sustentabilidade do esforço da cobertura do Paço.-----

E foi agora a Eng.ª Catarina Oliveira, que numa visita ao Paço, me chamou a atenção e ao Vereador Ricardo Pedrosa Silva para o excesso de carga que ali está colocado. Imediatamente, chamei o Laboratório Nacional de Engenharia Civil. Foi ontem aquela reunião que a Vice-Presidente referiu.-----

Aliás, é curioso, uma das engenheiras que veio ontem tinha lá estado já em 2000, chamada por nós, sempre tive esta mania da cautela com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil para ver a capacidade de resistência do edifício em relação às intervenções que se fizessem.-----

Eles farão o seu relatório, manifestaram preocupação natural, mas aquela obra que



nós julgávamos que tinha sido feita só naquela altura da parceria com a Sociedade já constituída em 2008/2009/2010, foi feita mais cedo, por uma empresa de construção Antero Santos, paga pela Quinta das Lágrimas e depois objeto de encontro de contas com a Paço de Maiorca, S.A. por volta de 2006/2007/2008.-----

Já procurámos contactar essa empresa, porque precisamos do projeto. Sem o projeto que não consta nos Paços do Concelho (não se consegue encontrar, nem no arquivo) é impossível às pessoas que estão a fazer este estudo em relação à estrutura terem a certeza do tipo de intervenção e de obra que lá foi feita.-----

Isto é, de facto, senhoras e senhores deputados, se há matéria, na minha opinião, de que devíamos arredar controvérsia política, apesar de a política estar sempre impregnada em todo o lado, é esta questão do Paço de Maiorca.-----

Nós temos de tomar decisões sérias em conjunto! Está bem, o Paço de Maiorca não será a 8.ª maravilha do mundo, nem a 9.ª, 10.ª ou 11.ª, é o que é e faz parte do acervo patrimonial do Concelho, sendo um ativo valioso. Por isso mesmo, temos de tomar decisões para ali com toda a responsabilidade.-----

Neste momento, aguardamos esse relatório do Laboratório Nacional de Engenharia Civil.-----

Nós estamos na altura dos mandatos em que temos de tomar decisões!-----

Também, a obra do Palácio Conselheiro Branco custa mais de 2 milhões de euros. Os Municípios não se financiam com batatas... Nós temos de nos financiar para assegurar o cuidado no futuro em relação ao Paço de Maiorca, porque daqui a 100 anos nenhum de nós cá estará e, portanto, não sabemos quem virá depois.-----

Temos de arranjar uma solução. O Presidente da Assembleia Municipal tem falado disso comigo, e bem, para criarmos uma solução nova que obrigue a comunidade a cuidar daquele ativo que ali está.-----

Parcerias para exploração hoteleira não me parece que chegue, nem me parece possível face aos antecedentes, nomeadamente o montante de investimento que ali é necessário, por isso, o processo tem estado a ser ponderado. Em meu entender, o que ali está é bonito tal como está agora.-----

Tenho autoridade para falar no assunto. Adorava, gostaria muito até ter mais 100 anos de vida para passear ali outra vez com poldros da Quinta de Fôja por todos aqueles hectares. Acho aquilo das coisas mais bonitas que eu conheço, mas gostos são gostos...-----

Para haver alguma rentabilização, está conferido pelo Departamento de Urbanismo, o próprio Plano Diretor Municipal prevê ali faixas laterais, nomeadamente uma



daquele lado onde já há casas, naquela rua que sobe a caminho da Serra do Castro, onde se poderão, eventualmente, fazer casas de baixíssima densidade que forjem um condomínio naqueles 12 hectares, tendo como casa-mãe o Paço, que continua a ser propriedade do Município, e que esteja nas obrigações também do condomínio o olhar, o chamar a atenção, o velar para a contribuição para um fundo de conservação do Paço.-----

Temos todos de olhar para o que aconteceu lá nestes anos e que é culpa de todos nós. Eu também se calhar, se tivesse vindo mais vezes à Figueira da Foz e a Maiorca, se tivesse entrado lá podia ter gritado mais cedo. É culpa de todos nós, vamos pôr assim, temos é de velar para que não aconteça no futuro uma situação equivalente. E vamos ter de tomar decisões muito brevemente!-----

Uma outra nota: todas as infraestruturas que lá estão já estão legalmente ultrapassadas, nomeadamente as elétricas, e têm de ser substituídas. Quanto mais tempo passar, pior. Temos mesmo de agir e procurar os financiamentos necessários. Outro dia, nós chamámos os engenheiros da obra ao tempo, a Vice-Presidente lembrava-se deles, um deles o Eng.º Barreto e o outro Eng.º Paulo Fernandes, por coincidência meu colega de liceu, e eles contaram-me uma história e eu fui verificar.-----

Meti-me no jipe dos nossos Bombeiros, pedi para me levarem lá acima porque aquilo estava tudo enlameado e fui às cavalariças, construídas em 2009. O que é que estava lá ao lado há 10 anos, segundo eles, as lápides das tropas do General Wellington que faziam parte do cemitério dos Inglesinhos, em Lavos, e que fora desmontado para se construir a estação. Está lá a lápide do braço direito do General Wellington, que se por acaso o Embaixador britânico ali for, o homem cai para o lado se vir a lápide. -----

A lápide que se vê melhor é de uma senhora Elisabete que morreu em 1849, com 45 anos de idade. Na altura, falei com a Dr.ª Manuela do Museu e pedi-lhe para lá ir. Pensou-se em 2010/2011 fazer ali um núcleo de memória na Quinta toda do Paço. Eu até pus logo a questão e porque não fazê-la ali em toda a zona envolvente Seiça. Mas, as senhoras do museu tem outra ideia para as levar para um cemitério do qual não me consigo lembrar o nome.-----

Nós passamos por cá, por este mundo, também nos vamos embora um dia e as coisas ficam assim... E é por isso que temos de ter pressa. A pressa é má conselheira, mas também é uma exigência, e eu não quero deixar de o sublinhar.-----

Depois, as opções financeiras. Estou a olhar ali para a Presidente da Junta de



Freguesia de Alqueidão e a pensar assim: se quem cá estava na altura não tivesse optado pelo tal financiamento no sistema de gestão inteligente que permite poupanças, mas que podia ter sido financiado de outra maneira, não tínhamos feito esse endividamento e tínhamos 7 milhões de euros para a Ponte. Tudo está ligado e todas as opções que fazemos, umas e outras acabam por ter reflexo.-----

Eu tomei aqui nota das minhas notas sobre a Casa da Renda, que tem o seu interesse, o Cabo Mondego, em que o Partido Socialista nos deixa no desespero do silêncio, mas que abandonámos ou nos Moinhos que são ativo também tão relevante e as estações arqueológicas.-----

Na parte da Cultura espetáculo excelente, formação boa, coleções deficientes. As coleções do nosso acervo patrimonial, nomeadamente de arte contemporânea, onde se tivéssemos disponibilidades podíamos ter um nível de investimento algo diferente. Gostava de fazer uma referência também ao processo de digitalização. Temos novas plataformas que o Sistema de Informação Geográfica Municipal, serviço do Município, tem estado a ultimar e que iremos apresentar em janeiro, de serviço aos munícipes e de participação deles nos trabalhos do Município.-----

Também gostaria de dizer que poderemos propor a meio do ano, quando tivermos mais certezas, e aqui sei as mentes que vou alegrar, masculinas e femininas, um retomar do processo de Orçamento Participativo. Independentemente de terem corrido nuns casos melhor, noutros menos bem, é um princípio que a mim pessoalmente não me parece incorreto e por vezes tem boas soluções.-----

Penso ter sido o deputado municipal do Bloco de Esquerda que me perguntou quais os grandes projetos em que queremos investir. Com toda a franqueza, está no topo das nossas prioridades, para além de outros, é o complexo de piscinas municipais a instalar na sede do Concelho, mas é um investimento muito pesado, quer na construção, quer na manutenção. É quase paradoxal que hoje em dia tenhamos piscinas pelo resto do território do Concelho, aqui temos a do Ginásio que tem tido problemas e não temos um complexo que a cidade justifica...-----

Agora, o nosso trabalho principal está a ser nesta matéria. Tenho falado bastante com o ainda Ministro das Finanças, Fernando Medina, que foi Presidente da Câmara de Lisboa e construiu complexos bem interessantes ali em Lisboa, e que me parecem economicamente contidos e sustentáveis.-----

Essa é uma das decisões mais importante que temos de tomar, como tudo o que se insira na área da transição energética e viabilizarmos os investimentos que há para o Município, como na tal mobilidade nomeadamente no Porto da Figueira da Foz.



Continuo a sublinhar a boa cooperação existente com o Porto da Figueira da Foz, a preocupação com os trabalhos de dragagem, a confiança em que os projetos vão avançar, nomeadamente o Big-Shot.-----

Mas, não querendo acabar com uma nota negativa, em relação à variante mencionada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Quiaios, quero perguntar se sabe qual é a principal dificuldade que temos e que já muitos outros tiveram antes de mim.-- Não vou dizer o que penso do Chefe de Divisão de Planeamento, não tenho nada para lhe apontar. Sei o quanto trabalha neste processo todo e o quanto temos trabalhado eu e o Vereador Manuel Fernandes Domingues.-----

Mas o que nos pedem é de bradar aos céus!!! Disseram-nos numa reunião, nunca houve nenhum precedente de uma permuta deste tipo para se construir uma via alternativa. O Chefe de Divisão de Planeamento foi à procura e descobriu pelo menos uma com a Câmara da Nazaré. Fase seguinte - então mandem-nos o documento. Mandámos o documento. Falta uma assinatura, só duas das partes é que assinaram, este não é o documento final. Falou-se para Lisboa, para o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas em Lisboa, resposta do Diretor em Lisboa - mas porque é que aí no Centro colocam tantas dificuldades num processo normalíssimo de permuta. Portanto, não compreendo estas dificuldades!!!-----

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Quiaios, não tenha dúvidas do meu empenho absoluto em resolver este assunto da Variante de Quiaios. Espero que, no próximo Natal, já possa desembrulhar o presente.-----

Abordei uma série de realidades que nos colocam um enorme esforço para podermos elevar o nível de desenvolvimento da Figueira da Foz.-----

Não posso deixar de mencionar o quanto a situação política nacional tem influência para o Município. Há coisas que esperam e outras que não.-----

As Unidades Locais de Saúde estão em evolução. Ainda agora, tenho aqui uma chamada sobre esse assunto. Anteontem, falei com o Diretor Executivo do Serviço Nacional de Saúde. Temos para resolver a indicação do representante dos três municípios no novo Conselho de Administração.-----

Isto é algo que fica também à vossa ponderação e reflexão. A maneira como as decisões são tomadas em determinada época afetam gerações. A compartimentação que foi feita dos territórios das Unidades de Saúde só aos municípios que nos circundam levantam muitas questões.-----

Senhores Presidentes de Junta, estes dois anos são para concluirmos parte das obras que faltam, talvez as principais que pretendem e é bom que elas sejam feitas



no ano de 2024. Fica mal a todos fazer e inaugurar obras em ano de eleições.----
Finalmente, desejo a todos Boas Festas e um Feliz Ano de 2024, sempre com uma palavra especial a V.Ex.^a e aos membros da Mesa. Os membros da Mesa compreenderão que faça uma referência a si, que sempre muito institucionalmente me apoia e tem muita paciência para me aturar.-----

Quero saudar também os Vereadores da oposição, se me permitem, sei que não é fácil ser Vereador da oposição, também já o fui, e saudar os representantes da comunicação social. A todos os deputados municipais e, Presidentes de Junta de Freguesia tudo de bom para vós e vossas famílias."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausente os membros do Partido Socialista, Fausto Santos Loureiro, Rui Pinto Ferreira, Isabel Guardão Tavares, António Marques Antunes, Joaquim Sacramento Cunha e Susana Oliveira Monteiro, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Paulo Nisa Mariano e Rosa Costa Reis, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições emergentes da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação, deliberou, por maioria, com quinze votos a favor dos membros do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira e do Partido Social Democrata, dezoito abstenções dos membros do Partido Socialista, Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda, e sem votos contra:-----

1. - Aprovar as Grandes Opções do Plano para 2024-2028 e Orçamento para o ano de 2024, o qual integra todos os documentos e anexos previstos no art.º 46.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua última redação;-----
- 2 - Aprovar as Normas de Execução Orçamental;-----
- 3 - Aprovar o Mapa de Pessoal para 2024, nos termos do n.º 4 do art.º 29.º do Anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atualizada;-----
- 4 - Tendo em vista a simplificação e celeridade processuais e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua última redação, autorizar previamente o Município da Figueira da Foz a assumir compromissos plurianuais que resultem de projetos, ou ações constantes das Grandes Opções do Plano, ou de reprogramações financeiras decorrentes de acordos de pagamentos, alterações ao cronograma financeiro e de trabalhos de investimentos ou outros legalmente previstos, desde que não impliquem aumento da despesa;-----



5 - Ao abrigo do disposto no n.º 3 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua última redação, delegar no Presidente da Câmara Municipal a competência para a assunção de compromissos plurianuais cujos encargos não excedam o limite de 99.759,58 € (noventa e nove mil setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua adjudicação e o prazo de execução de três anos; -----

6 - A assunção dos compromissos a coberto da autorização prévia e da delegação de competências, só será possível, quando para além das condições previstas nos pontos quatro e cinco da presente deliberação, sejam respeitadas as regras e procedimentos determinados pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua última redação, e demais requisitos legais de execução de despesas, e sem prejuízo das disposições emergentes do art.º 9.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 02 de junho; -----

7 - Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal o Município da Figueira da Foz deverá apresentar informação elencando os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da presente autorização genérica; -----

Deliberação aprovada em minuta. -----

5.7 - FIXAÇÃO DA PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES RELATIVA AOS RENDIMENTOS DE 2024

Pelo Presidente da Câmara Municipal foi proposta a fixação de uma participação variável de 3,25% no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial da Figueira da Foz, relativa aos rendimentos do ano de 2024. -----

Esta proposta foi elaborada ao abrigo das disposições previstas no n.º 1 do art.º 26.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua última redação, e com fundamento no facto desta participação variável de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares ser a componente da Participação de Impostos do Estado que se revela de grande importância para o equilíbrio das finanças municipais; e ainda, no facto de ser fundamental assegurar a adequada capacidade financeira do Município para fazer face à assunção de compromissos no âmbito da transferência de novas competências para as autarquias locais, mas também, aos investimentos a realizar no âmbito dos instrumentos de cofinanciamento do Plano de Recuperação e Resiliência e ao desenvolvimento de projetos relativos a investimentos mapeados no quadro do ciclo de cofinanciamento comunitário 2030, muitos deles a exigirem um esforço



razoavelmente elevado do Orçamento Municipal, com recurso a receitas próprias.--
Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião ordinária de Câmara de
28 de dezembro de 2023.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Fernando Correia.

JOSÉ FERNANDO CORREIA: "Queria, enfim, evidentemente em nome do grupo municipal
do Partido Socialista, saudar o acordo a que finalmente se chegou.-----

Traduz o equilíbrio que, sobretudo nestas questões de natureza fiscal, convém que
haja, tendo em vista as maiorias que estão formadas no executivo e depois na
Assembleia Municipal.-----

Tem também a vantagem de afastar soluções, enfim, um pouco bizantinas que não têm
manifestamente habilitação legal.-----

Isto é, de alguma forma, a prossecução da política em termos fiscais que o Município
da Figueira da Foz tem tido nos últimos anos, a saber, a manutenção da taxa do
Imposto Municipal sobre Imóveis e a redução progressiva da taxa do Imposto sobre
o Rendimento das Pessoas Singulares.-----

Talvez levante uma reflexão: quem sabe, um dia, há de haver um Secretário de Estado
dos Assuntos Fiscais, ou coisa que o valha, que pegue nisto um pouco mais a sério
em matéria de Imposto Municipal sobre Imóveis. Um dia, creio eu, deverá separar-
se o Imposto Municipal sobre Imóveis da habitação do Imposto Municipal sobre
Imóveis do Comércio, Serviços e Indústria. Nós temos sempre esse problema quando
discutimos as questões do Imposto Municipal sobre Imóveis, como isso está tudo
junto é sempre difícil.-----

É sempre difícil afinar uma política pública que faça sentido e que proteja as
questões de habitação, aliás, nos termos do comando constitucional.-----

Todo o modo, como é evidente, isto à parte, o grupo municipal do Partido Socialista
votará favoravelmente a proposta."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado
municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de
imediato à votação.-----

**A Assembleia Municipal, encontrando-se ausente os membros do Partido Socialista,
Fausto Santos Loureiro, Rui Pinto Ferreira, Isabel Guardão Tavares, António Marques
Antunes, Joaquim Sacramento Cunha e Susana Oliveira Monteiro, e do Grupo de
Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Paulo Nisa Mariano e Rosa Costa Reis, sob
proposta da Câmara e ao abrigo das disposições previstas nos n.ºs 1, 2 e 3 do
art.º 26.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual, deliberou,**



por maioria, com trinta e um votos a favor dos membros do Partido Socialista, Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira e do Partido Social Democrata, uma abstenção do membro do Bloco de Esquerda, e um voto contra da Coligação Democrática Unitária, fixar em 3,25% a participação variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial da Figueira da Foz, relativa aos rendimentos do ano de 2024.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.15 - ADITAMENTO AO CONTRATO DE CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E DO SISTEMA DE RECOLHA, TRATAMENTO E REJEIÇÃO DE EFLUENTES DO CONCELHO DA FIGUEIRA DA FOZ

Este processo foi presente em sede de reunião extraordinária de Câmara de 28 de dezembro de 2023, tendo sido deliberado adiar o assunto para uma próxima reunião. Assim sendo, o mesmo é retirado da Ordem de Trabalhos desta Assembleia Municipal por não ter sido votado em reunião do órgão executivo.-----

5.16 - LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM 15 DE DEZEMBRO DE 2022 - PARA CONHECIMENTO

Pelo Serviço de Contratação Pública, foi presente uma informação datada de 29 de novembro de 2023, anexando a lista dos contratos celebrados ao abrigo da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, concedida por deliberação da Assembleia Municipal de 15 de dezembro de 2022, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido constituindo o anexo número dez à presente ata.-----

Este processo foi presente para conhecimento à reunião de Câmara de 07 de dezembro de 2023.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à aprovação da ata em minuta.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausente os membros do Partido Socialista, Fausto Santos Loureiro, Rui Pinto Ferreira, Isabel Guardão Tavares, António Marques Antunes, Joaquim Sacramento Cunha, Clarisse Silva Oliveira, Célia Silva Morais e Susana Oliveira Monteiro, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Paulo Nisa Mariano e Rosa Costa Reis, ao abrigo das disposições emergentes da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, e do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de



junho, ambos na sua última redação, tomou conhecimento dos contratos assumidos pelo Município da Figueira da Foz na abrangência da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, concedida por deliberação da Assembleia Municipal de 15 de dezembro de 2022.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Concluída a nossa Ordem de Trabalhos, colocava à votação a aprovação desta ata em minuta."-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausente os membros do Partido Socialista, Fausto Santos Loureiro, Rui Pinto Ferreira, Isabel Guardão Tavares, António Marques Antunes, Joaquim Sacramento Cunha, Clarisse Silva Oliveira, Célia Silva Morais e Susana Oliveira Monteiro, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Paulo Nisa Mariano e Rosa Costa Reis, deliberou, por unanimidade, aprovar esta ata em minuta.-----

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal declarada encerrada a segunda reunião desta sessão eram dezassete horas e trinta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação e que vai ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário, nos termos da Lei.-----